

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo		Ordinária		2,12371
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	2,12371
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe B	2,12371

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	9.098.634	8.664.706
1.01	Ativo Circulante	2.483.415	2.159.728
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	155.565	91.605
1.01.02	Aplicações Financeiras	79.171	77.033
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	79.171	77.033
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	79.171	77.033
1.01.03	Contas a Receber	1.306.009	1.267.726
1.01.03.01	Clientes	1.306.009	1.267.726
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	1.690.541	1.597.690
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-384.532	-343.368
1.01.03.01.03	Consumidor baixa renda	0	13.404
1.01.06	Tributos a Recuperar	252.996	186.068
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	252.996	186.068
1.01.06.01.01	Tributos a compensar	252.996	186.068
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	689.674	537.296
1.01.08.03	Outros	689.674	537.296
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	70.135	43.583
1.01.08.03.03	Outros créditos	86.253	107.681
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	378.549	324.760
1.01.08.03.05	Ativos financeiros Setoriais	19.085	61.272
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	135.652	0
1.02	Ativo Não Circulante	6.615.219	6.504.978
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.693.160	4.522.588
1.02.01.04	Contas a Receber	34.615	26.694
1.02.01.04.01	Clientes	34.615	26.694
1.02.01.07	Tributos Diferidos	45.486	35.038
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.486	35.038
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.613.059	4.460.856
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	44.851	47.548
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	27.613	23.963
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	29.394	30.686
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	2.406.789	2.372.127
1.02.01.10.07	Serviço em curso	4.171	28.060
1.02.01.10.08	Tributos a compensar	1.364.577	1.425.147
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	0	12.268
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	735.664	521.057
1.02.03	Imobilizado	48.049	51.368
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	40.415	43.734
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.634	7.634
1.02.04	Intangível	1.874.010	1.931.022
1.02.04.01	Intangíveis	1.874.010	1.931.022
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.751.731	1.804.546
1.02.04.01.02	Software	122.279	126.476

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	9.098.634	8.664.706
2.01	Passivo Circulante	2.393.652	2.049.696
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.109	42.489
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	47.109	42.489
2.01.02	Fornecedores	701.842	866.723
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	693.194	866.183
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	504.807	765.738
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	188.387	100.445
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	8.648	540
2.01.03	Obrigações Fiscais	161.391	185.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47.662	57.903
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	111.180	125.040
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.549	2.977
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	856.466	360.728
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	841.896	342.118
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	62.328	54.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	779.568	287.392
2.01.04.02	Debêntures	14.570	18.610
2.01.04.02.01	Debentures	14.570	18.610
2.01.05	Outras Obrigações	626.844	593.836
2.01.05.02	Outros	626.844	593.836
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	151.978	102.703
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	83.283	83.283
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	2.076	15.399
2.01.05.02.09	Obrigações com benefícios pós-emprego	1.538	2.284
2.01.05.02.10	Outras obrigações	49.304	41.175
2.01.05.02.11	Taxas regulamentares	331.785	341.208
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	6.880	7.784
2.02	Passivo Não Circulante	3.501.475	3.500.959
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.824.930	1.823.707
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	332.017	341.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	317.560	330.524
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.457	11.206
2.02.01.02	Debêntures	1.492.913	1.481.977
2.02.01.02.01	Debêntures	1.492.913	1.481.977
2.02.02	Outras Obrigações	1.490.468	1.502.210
2.02.02.02	Outros	1.490.468	1.502.210
2.02.02.02.04	Tributos a pagar	5.356	5.798
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios pós-emprego	96.593	94.773
2.02.02.02.06	Taxas regulamentares	79.399	72.327
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	22.441	0
2.02.02.02.08	Outras obrigações	5.955	7.906
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.278.000	1.318.164
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	2.724	3.242
2.02.04	Provisões	186.077	175.042
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	186.077	175.042

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.693	30.366
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	120.952	112.735
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	31.432	31.941
2.03	Patrimônio Líquido	3.203.507	3.114.051
2.03.01	Capital Social Realizado	808.246	808.246
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.947.475	1.947.475
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	888.885	888.885
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	82.671	82.671
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	927.074	927.074
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	82.635	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.480	-341

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.399.583	1.194.818
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.179.851	-1.099.185
3.03	Resultado Bruto	219.732	95.633
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-96.721	-67.053
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.716	-24.156
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.181	-55.664
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.914	14.225
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-738	-1.458
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	123.011	28.580
3.06	Resultado Financeiro	-20.004	-17.756
3.06.01	Receitas Financeiras	184.892	39.554
3.06.02	Despesas Financeiras	-204.896	-57.310
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.007	10.824
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.372	-3.814
3.08.01	Corrente	-33.042	-5.565
3.08.02	Diferido	12.670	1.751
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.635	7.010
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	82.635	7.010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,06139	0,09004
3.99.01.02	PNA	1,12508	0,09555
3.99.01.03	PNB	1,16753	0,09904
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,06139	0,09004
3.99.02.02	PNA	1,12508	0,09544
3.99.02.03	PNB	1,16753	0,09904

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	82.635	7.010
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.821	-44
4.02.03	Ganho(perda) com instrumentos financeiros	10.335	-66
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros	-3.514	22
4.03	Resultado Abrangente do Período	89.456	6.966

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-30.253	-40.527
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	219.581	129.951
6.01.01.01	Lucro líquido do período	82.635	7.010
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	40.892	21.451
6.01.01.04	Amortização e depreciação	71.397	63.076
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	191.676	37.906
6.01.01.06	Valor residual de ativo intangível	118	2.084
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-12.670	-341
6.01.01.08	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	8.168	18.847
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	1.896	2.621
6.01.01.12	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-4.252	580
6.01.01.13	Marcação a mercado de ativo indenizável	-23.203	-25.663
6.01.01.16	Perda de recebíveis de clientes	1.564	2.245
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	-138.640	135
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-249.834	-170.478
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-88.660	-30.979
6.01.02.02	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	81.148	-34.593
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-53.789	2.641
6.01.02.04	Tributos a compensar	-6.358	-2.082
6.01.02.05	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	9.111	0
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	2.697	-1.209
6.01.02.09	Outros créditos	18.765	22.972
6.01.02.10	Fornecedores	-164.881	-50.193
6.01.02.11	Folha de pagamento	4.620	6.545
6.01.02.12	Obrigações fiscais	-24.511	-14.902
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-2.561	-18.847
6.01.02.15	Obrigações com benefícios pós-emprego	-822	-28.510
6.01.02.16	Pagamento de juros de instrumento derivativo	0	-201
6.01.02.17	Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	-5.499	-2.595
6.01.02.18	Outros passivos	6.178	-2.471
6.01.02.19	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-2.153	-16.054
6.01.02.20	Pagamento de juros de debêntures	-23.119	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-242.668	-128.450
6.02.01	Adições para ativo contratual e imobilizado	-236.880	-149.497
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-2.138	2.630
6.02.04	Cauções e depósitos	-3.650	18.417
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	336.881	622.134
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	381.279	200.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-42.563	-227.252
6.03.03	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-1.571	0
6.03.04	Parcelamento especial	-264	-614
6.03.05	Captação de Debêntures	0	650.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	63.960	453.157

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.605	95.835
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	155.565	548.992

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.635	6.821	89.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.635	0	82.635
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.821	6.821
5.05.02.06	Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	10.335	10.335
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ ganho instrumentos financeiros - swap	0	0	0	0	-3.514	-3.514
5.07	Saldos Finais	808.246	358.671	1.947.475	82.635	6.480	3.203.507

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	741.046	358.671	1.762.701	0	222	2.862.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	741.046	358.671	1.762.701	0	222	2.862.640
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.010	-44	6.966
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.010	0	7.010
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-44	-44
5.05.02.06	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-66	-66
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ perda instrumentos financeiros - swap	0	0	0	0	22	22
5.07	Saldos Finais	741.046	358.671	1.762.701	7.010	178	2.869.606

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	1.973.172	1.815.591
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.760.421	1.641.390
7.01.02	Outras Receitas	16.660	27.135
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	236.983	168.517
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-40.892	-21.451
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.191.631	-1.123.787
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.161.140	-1.092.333
7.02.04	Outros	-30.491	-31.454
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-30.491	-31.454
7.03	Valor Adicionado Bruto	781.541	691.804
7.04	Retenções	-71.397	-63.076
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.397	-63.076
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	710.144	628.728
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	184.892	39.554
7.06.02	Receitas Financeiras	184.892	39.554
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	895.036	668.282
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	895.036	668.282
7.08.01	Pessoal	60.905	63.671
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.280	45.079
7.08.01.02	Benefícios	8.720	8.792
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.494	1.532
7.08.01.04	Outros	8.411	8.268
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.167	2.363
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	2.016	2.023
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	4.228	3.882
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	542.943	537.499
7.08.02.01	Federais	143.565	186.831
7.08.02.02	Estaduais	397.080	349.370
7.08.02.03	Municipais	2.298	1.298
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	208.553	60.102
7.08.03.01	Juros	153.502	19.476
7.08.03.02	Aluguéis	3.655	2.792
7.08.03.03	Outras	51.396	37.834
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82.635	7.010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.635	7.010

Comentário do Desempenho

Fortaleza, 30 de abril de 2020 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre (1T20). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.960	2.985	-0,8%	3.294	-10,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.997.404	1.809.907	10,4%	2.170.078	-8,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.399.583	1.194.818	17,1%	1.562.606	-10,4%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	189.104	86.696	>100,0%	321.424	-41,2%
Margem EBITDA (%)*	13,51%	7,26%	6,25 p.p	20,57%	-7,06 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	16,27%	8,45%	7,82 p.p	23,77%	-7,50 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	123.011	28.580	>100,0%	254.929	-51,7%
Margem EBIT (%)*	8,79%	2,39%	6,40 p.p	16,31%	-7,52 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	82.635	7.010	>100,0%	205.584	-59,8%
Margem Líquida	5,90%	0,59%	5,31 p.p	13,16%	-7,26 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	7,11%	0,68%	6,43 p.p	15,20%	-8,09 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	210.948	159.182	32,5%	211.271	-0,2%
DEC (12 meses)*	13,43	11,85	13,3%	14,09	-4,7%
FEC (12 meses)*	5,89	5,17	13,9%	5,77	2,1%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	96,54%	99,15%	-2,61 p.p	99,15%	-2,61 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	14,64%	13,56%	1,08 p.p	13,86%	0,78 p.p
Nº de Consumidores Totais*	4.029.360	4.141.625	-2,7%	3.916.646	2,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.118	1.133	-1,3%	1.126	-0,7%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	313	348	-10,1%	364	-14,0%
PMSO (5)/Consumidor*	36,50	44,29	-17,6%	433	-91,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	427	483	-11,6%	433	-1,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.443	8.571	10,2%	9.054	4,3%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Aumento de 13,3% do DEC registrado no 1T20, para 13,44 horas, em comparação ao registrado no mesmo período do ano anterior (11,85 horas);
- Aumento no FEC de 13,9% no 1T20, totalizando 5,89 vezes, em comparação a 5,17 vezes registrado no 1T19.

Mercado e Comercial

- Mercado total registrou contração de 0,8% no 1T20, em comparação ao 1T19, com redução de 1,6% do mercado cativo.

Regulatório

- Em 14 de abril de 2020, foi homologada pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual da Companhia, com um efeito médio a ser percebido pelo consumidor final de +3,94%. Como consequência do atual contexto relacionado ao COVID-19, a ANEEL aprovou o diferimento da aplicação da nova tarifa até o dia 1º de julho.

Financeiro

- EBITDA de R\$ 189,1 milhões no 1T20, um expressivo aumento de R\$ 102,8 milhões em relação ao 1T19.
- Lucro líquido de R\$ 82,6 milhões no 1T20, ante um lucro líquido de R\$ 7 milhões registrado no 1T19.

* Valores não auditados pelos auditores independentes



Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 3,9 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,1 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS *

	1T20	1T19	Var. %
Área de Concessão (km ²)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.132.078	9.075.649	0,6%
Consumidores (Unid.)	4.029.360	4.141.625	-2,7%
Linhas de Distribuição (Km)	147.977	145.389	1,8%
Linhas de Transmissão (Km)	5.342	5.259	1,6%
Subestações (Unid.)	118	118	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.185	11.940	2,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,56%	4,31%	0,25 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,53%	2,51%	0,02 p.p



(1) Estimativa do número de Habitantes do Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$ / AÇÃO)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Ordinárias - ON (COCE3)	37,09	45,00	-17,6%	49,00	-24,3%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	48,30	52,30	-7,6%	60,01	-19,5%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

variação sem ajuste por proventos

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto.

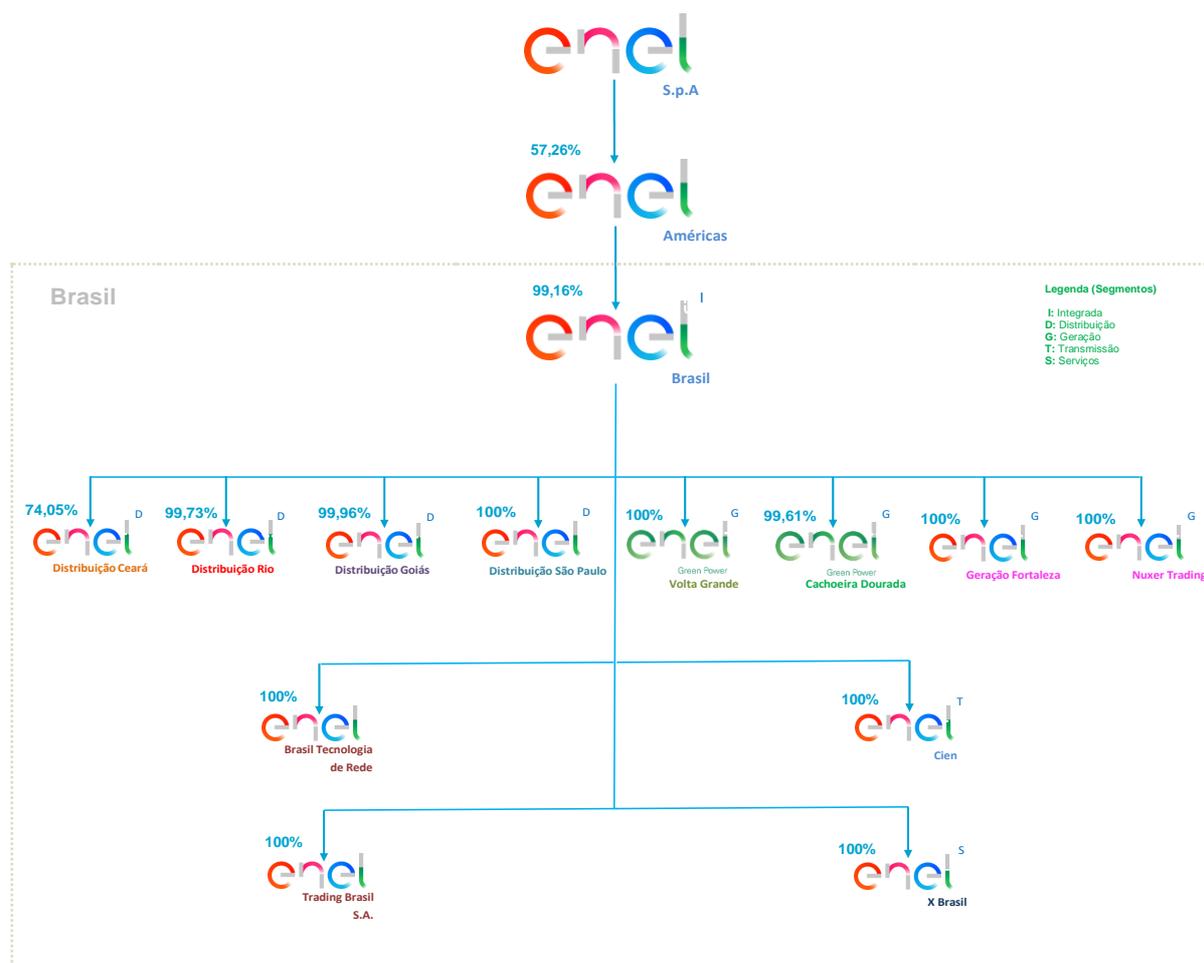
ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2019)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Não Controladores	1.003.692	2,09%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,45%	20.202.624	25,95%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	-	1.687.600	-	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Una Capital Ltda.	-	-	1.439.776	-	1.439.776	4,83%	1.439.776	1,85%
Fundo de Pensão - FAELCE	919.403	1,91%	25.655	-	25.655	0,09%	945.058	1,21%
Outros	84.289	0,18%	10.543.907	3.097	10.547.004	35,40%	10.631.293	13,66%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%

Comentário do Desempenho

Posição em 31 de março de 2020



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.891.653	3.551.881	9,6%	3.673.804	5,9%
Residencial - Convencional	2.310.486	1.968.178	17,4%	2.019.652	14,4%
Residencial - Baixa Renda	753.380	829.233	-9,1%	814.798	-7,5%
Industrial	6.355	5.720	11,1%	6.522	-2,6%
Comercial	185.077	165.822	11,6%	190.950	-3,1%
Rural	590.083	534.710	10,4%	595.657	-0,9%
Setor Público	46.272	48.218	-4,0%	46.225	0,1%
Cientes Livres	357	288	24,0%	339	5,3%
Industrial	121	111	9,0%	118	2,5%
Comercial	226	169	33,7%	212	6,6%
Rural	10	8	25,0%	9	11,1%
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.892.012	3.552.171	9,6%	3.674.145	5,9%
Consumo Próprio	302	305	-1,0%	316	-4,4%
Consumidores Ativos Não Faturados	137.046	589.149	-76,7%	242.185	-43,4%
Total - Número de Consumidores	4.029.360	4.141.625	-2,7%	3.916.646	2,9%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;



Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou 1T20 com um incremento de 9,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 1T19. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado nas classes residencial convencional, comercial e industrial.

Em julho de 2019, a companhia realizou a migração de suas operações comerciais para um novo sistema. Para esta implantação, foi realizada a atualização cadastral dos clientes, conforme disposições regulatórias. A redução no número de consumidores não faturados e na base total de clientes reflete essa atualização cadastral. Os clientes que ainda não atualizaram seu cadastro foram temporariamente desativados até posterior regularização.

No 1T20, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 144 milhões.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.426	2.465	-1,6%	2.731	-11,2%
Cientes Livres	531	517	2,7%	561	-5,3%
Revenda	4	3	33,3%	3	33,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.960	2.985	-0,8%	3.294	-10,1%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Residencial – Convencional	930	888	4,7%	960	-3,1%
Residencial - Baixa Renda	232	258	-10,1%	270	-14,1%
Industrial	152	160	-5,0%	174	-12,6%
Comercial	455	486	-6,4%	509	-10,6%
Rural	268	296	-9,5%	337	-20,5%
Setor Público	390	376	3,7%	479	-18,6%
Tota I - Venda de Energia no do Cativo	2.426	2.465	-1,6%	2.731	-11,2%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

A redução de 1,6% observada no mercado cativo em relação ao 1T19, é explicada principalmente, pela migração de clientes ao Ambiente de Contratação Livre. Vale notar que as medidas de restrição de atividades e circulação de pessoas aplicadas no final do trimestre, no contexto de prevenção ao COVID-19, apresentaram impacto reduzido no volume de energia distribuída.

VENDA DE ENERGIA P ER CAP ITA NO MERCADO CATIV O (KWH/ CONS. .)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Residencial - Convencional	403	451	-10,6%	475	-15,2%
Residencial - Baixa Renda	308	311	-1,0%	331	-6,9%
Industrial	23.872	27.967	-14,6%	26.745	-10,7%
Comercial	2.456	2.930	-16,2%	2.668	-7,9%
Rural	453	554	-18,2%	567	-20,1%
Setor Público	8.419	7.806	7,9%	10.360	-18,7%
Total – Venda per Capita no Mercado Cativo	623	694	-10,2%	743	-16,2%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

Cientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Industrial	397	405	-2,0%	426	-6,8%
Comercial	130	108	20,4%	131	-0,8%
Rural	4	4	-	4	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	531	517	2,7%	561	-5,3%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;



Comentário do Desempenho

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/ CONS.)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Industrial	3.278	3.652	-10,2%	3.609	-9,2%
Comercial	577	640	-9,8%	616	-6,3%
Rural	427	467	-8,6%	459	-7,0%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.488	1.796	-17,1%	1.654	-10,0%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres no 1T20 em relação ao 1T19 é atribuída, principalmente, a uma redução do padrão médio de consumo dos novos clientes livres industriais e comerciais, em comparação ao padrão de consumo dos que já se encontravam na base de clientes livres da Companhia no 1T19.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF	670	664	0,9%	678	-1,2%
Centrais Elétricas – FURNAS	181	204	-11,3%	210	-13,8%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	306	292	4,8%	317	-3,5%
Companhia Energética de São Paulo – CESP	17	16	6,3%	17	-
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	198	244	-18,9%	250	-20,8%
Eletronorte	4	20	-80,0%	16	-75,0%
COPEL	28	28	-	30	-6,7%
CEMIG	29	28	3,6%	30	-3,3%
Engie Brasil	55	62	-11,3%	64	-14,1%
Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear	99	96	3,1%	98	1,0%
PROINFA	56	55	1,8%	64	-12,5%
Outros	1.569	1.409	11,4%	1.458	7,6%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.211	3.117	3,0%	3.233	-0,7%
Liquidação na CCEE	114	173	-34,1%	(109)	<-100,0%
Total - Compra de Energia	3.325	3.289	1,1%	3.125	6,4%
Energia Distribuída					
Wobben e Energywors	-	1	-100,0%	2	-100,0%
Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída	3.325	3.290	1,1%	3.126	6,4%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	3.496	3.381	3,4%	3.833	-8,8%
Energia distribuída (GWh)	2.964	2.988	-0,8%	3.298	-10,1%
Residencial - Convencional	930	888	4,7%	960	-3,1%
Residencial - Baixa Renda	232	258	-10,1%	270	-14,1%
Industrial	152	160	-5,0%	174	-12,6%
Comercial	455	486	-6,4%	509	-10,6%
Rural	268	296	-9,5%	337	-20,5%
Setor Público	390	376	3,7%	479	-18,6%
Clientes Livres	531	517	2,7%	561	-5,3%
Revenda	4	3	33,3%	3	33,3%
Consumo Próprio	4	4	-	4	-
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	531	392	35,5%	534	-0,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	15,20%	11,61%	3,59 p.p	13,94%	1,26 p.p

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;



Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

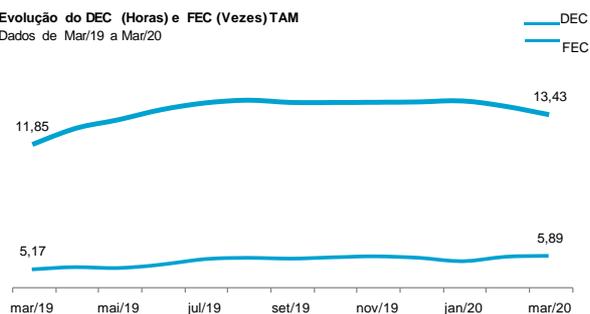
	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)	13,43	11,85	13,3%	14,09	-4,7%
FEC 12 meses (vezes)	5,89	5,17	13,9%	5,77	2,1%
Perdas de Energia 12 meses (%)	14,64%	13,56%	1,08 p.p	13,86%	0,78 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	96,54%	99,15%	-2,61 p.p	99,15%	-2,61 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	313	348	-10,1%	364	-14,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	427	483	-11,7%	433	-1,4%
PMSO (3)/Consumidor	36,50	44,29	-17,6%	37,55	-2,8%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.443	8.571	10,2%	9.054	4,3%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

(3) PM SO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

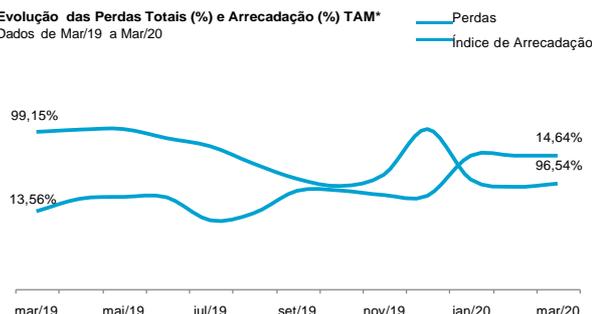
Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM

Dados de Mar/19 a Mar/20



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*

Dados de Mar/19 a Mar/20



Qualidade do Fornecimento

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ambos apresentaram um incremento no 1T20 comparado ao 1T19, devido principalmente ao elevado volume de chuvas e raios registrados no período, 19% maior em relação ao ano anterior e impactado pelos incidentes de depredação pública ocorridos em setembro de 2019 na área de concessão. A Enel Distribuição Ceará investiu R\$ 16 milhões* em adequação à carga e qualidade do sistema no 1T20.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 14,64% no 1T20, um aumento de 0,78 p.p. em relação às perdas registradas em 1T19, de 13,56%. O aumento é decorrente da maior quantidade de dias de faturamento por conta do ano bissexto, bem como ajustes de faturamento. No 1T20, foram investidos R\$ 11,72 milhões no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	1.997.404	1.809.907	10,4%	2.170.078	-8,0%
Deduções à Receita Operacional	(597.821)	(615.089)	-2,8%	(607.472)	-1,6%
Receita Operacional Líquida	1.399.583	1.194.818	17,1%	1.562.606	-10,4%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.276.572)	(1.166.238)	9,5%	(1.307.677)	-2,4%
EBITDA(3)*	189.104	86.696	>100,0%	321.424	-41,2%
Margem EBITDA*	13,51%	7,26%	6,25 p.p	20,57%	-7,06 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	16,27%	8,45%	7,82 p.p	23,77%	-7,50 p.p
EBIT(4)*	123.011	28.580	>100,0%	254.929	-51,7%
Margem EBIT*	8,79%	2,39%	6,40 p.p	16,31%	-7,52 p.p
Resultado Financeiro	(20.004)	(17.756)	12,7%	(7.710)	>100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(20.372)	(3.814)	>100,0%	(41.635)	-51,1%
Lucro Líquido	82.635	7.010	>100,0%	205.584	-59,8%
Margem Líquida	5,90%	0,59%	5,31 p.p	13,16%	-7,26 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	7,11%	0,68%	6,43 p.p	15,20%	-8,09 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	1,06	0,09	>100,0%	2,64	-59,8%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço

* Valores não auditados pelos auditores independentes



Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.605.163	1.356.787	18,3%	1.800.175	-10,8%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(4.700)	(7.442)	-36,8%	(3.549)	32,4%
Subvenção baixa renda	45.392	43.838	3,5%	49.048	-7,5%
Subvenção de recursos da CDE	70.243	64.406	9,1%	82.898	-15,3%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.716.098	1.457.589	17,7%	1.928.572	-11,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(58.646)	34.593	<-100,0%	44.374	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	65.065	96.078	-32,3%	(70.760)	<-100,0%
Receita de construção	236.983	168.517	40,6%	210.311	12,7%
Venda de Energia Excedente - MVE	11.466	23.017	-50,2%	35.520	-67,7%
Outras receitas	26.438	30.113	-12,2%	22.061	19,8%
Total - Receita Operacional Bruta	1.997.404	1.809.907	10,4%	2.170.078	-8,0%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou um incremento de 10,4% no 1T20 em relação ao 1T19 (R\$ 187,5 milhões). Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T19, alcançou o montante de R\$ 1,76 bilhão, um aumento de R\$ 119 milhões em relação ao 1T19, cujo montante foi de R\$ 1,64 bilhão. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de 17,7% na receita pelo fornecimento de energia elétrica (R\$ 248,4 milhões) como resultado, principalmente, da revisão tarifária de 2019, que passou a vigorar a partir de 22 de abril 2019, com um efeito médio percebido pelos clientes, de 8,22% nas tarifas da Companhia; e
- Aumento na receita de construção, R\$ 68,5 milhões, em linha com o maior volume investido no período em comparação ao ano anterior.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Diminuição de R\$ 93,2 milhões na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em função de constituição de passivo regulatório no período.
- Redução de R\$ 31 milhões na rubrica de Receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), devido a reclassificação da taxa de energia (TE) dos clientes livres para a rubrica de fornecimento de energia elétrica.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
ICMS	(397.052)	(349.365)	13,6%	(424.158)	-6,4%
COFINS – corrente	(112.179)	(127.172)	-11,8%	(120.086)	-6,6%
PIS – corrente	(24.355)	(27.610)	-11,8%	(26.072)	-6,6%
ISS	(1.141)	(455)	>100,0%	(855)	33,5%
Total – Tributos	(534.727)	(504.602)	6,0%	(571.171)	-6,4%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(11.435)	(10.030)	14,0%	(13.384)	-14,6%
Ressarcimento P&D	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(50.092)	(99.066)	-49,4%	(21.350)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.567)	(1.391)	12,7%	(1.567)	-
Tota I - Encargos Setoriais	(63.094)	(110.487)	-42,9%	(36.301)	73,8%
Tota I - Deduções da Receita	(597.821)	(615.089)	-2,8%	(607.472)	-1,6%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

As deduções da receita no 1T20 apresentaram uma redução de R\$ 17,3 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Redução de 42,9% (R\$ 47,4 milhões) nos encargos setoriais, em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019.



Comentário do Desempenho

Este efeito foi parcialmente compensado por:

- Acréscimo de 6% (R\$ 30,1 milhões) nos tributos resultado, basicamente, do aumento da base de cálculo do ICMS, em função do aumento de receita de fornecimento de energia elétrica.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda	(659.245)	(703.642)	-6,3%	(794.346)	-17,0%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(82.070)	(60.209)	36,3%	(75.716)	8,4%
Total - Não gerenciáveis	(741.315)	(763.851)	-3,0%	(870.062)	-14,8%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(43.486)	(45.501)	-4,4%	(32.876)	32,3%
Material e Serviços de Terceiros	(116.544)	(88.050)	32,4%	(108.636)	7,3%
Depreciação e Amortização	(66.093)	(58.116)	13,7%	(66.495)	-0,6%
Custos de Desativação de Bens	(4.643)	(5.011)	-7,3%	(15.990)	-71,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(40.892)	(21.451)	90,6%	8.710	<-100,0%
Custo de Construção	(236.983)	(168.517)	40,6%	(210.311)	12,7%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(8.168)	(18.847)	-56,7%	8.399	<-100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(1.564)	(2.245)	-30,3%	(15.908)	-90,2%
Receita de multas por impontualidade de clientes	3.414	12.697	-73,1%	2.243	52,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(20.298)	(7.346)	>100,0%	(6.751)	>100,0%
Total - Gerenciáveis	(535.257)	(402.387)	33,0%	(437.615)	22,3%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.276.572)	(1.166.238)	9,5%	(1.307.677)	-2,4%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

Os custos e despesas operacionais no 1T20 em relação ao 1T19 apresentaram um incremento de R\$ 110,3 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia, no 1T20, alcançaram o montante de R\$ 1 bilhão, desempenho em linha relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 997,7 milhões. Este aumento é resultado das seguintes variações:

Custos não gerenciáveis: redução de R\$ 22,5 milhões, considerando as linhas de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo do uso do sistema de transmissão, as quais são explicadas pelos seguintes motivos:

- Redução na rubrica Energia elétrica comprada para revenda (R\$ 44,4 milhões) decorrente da redução nos custos com exposição involuntária no montante de R\$67,8 milhões, parcialmente compensado pelo aumento, consolidado, nos custos de contratação de energia do período.

Este efeito foi parcialmente compensado por:

- Aumento na rubrica Encargo do uso do sistema de transmissão (R\$ 21 milhões), sobretudo referentes ao uso da rede básica.

Custos gerenciáveis: aumento nos custos e despesas gerenciáveis (R\$ 132,9 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T20, alcançaram o montante de R\$ 298,3 milhões, o que representa um incremento de R\$ 64,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 233,9 milhões. Essa variação é explicada por:

- Aumento de R\$ 28,5 milhões em materiais e serviços de terceiros em razão, principalmente, do aumento dos custos com manutenção elétrica para assegurar a qualidade do sistema, além de maiores despesas com a continuidade do plano de combate ao furto de energia, lançado em 2018.
- Aumento de R\$ 19,4 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão, principalmente, do incremento da provisão dos clientes residenciais, considerando os créditos vencidos há mais de 180 dias, mitigado pelos esforços da Companhia no combate à inadimplência.
- Menor receita de multa por impontualidade de clientes, em R\$ 9,3 milhões, em função de menor cobrança de multas e juros de mora de clientes em relação ao mesmo período do ano anterior.

* Valores não auditados pelos auditores independentes



Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 12 milhões no grupo de outras despesas operacionais, decorrente, sobretudo, da variação na receita de uso mútuo de postes e taxas, incluindo iluminação pública - CIP.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Impacto positivo em contingências jurídicas (R\$ 10,7 milhões), em decorrência de decisões favoráveis e acordos.

EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T2 0	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Lucro Líquido do Período	82.635	7.010	>100,0%	205.584	-59,8%
(+) Tributo sobre o Lucro	20.372	3.814	>100,0%	41.635	-51,1%
(+) Resultado Financeiro	20.004	17.756	12,7%	7.710	>100,0%
(=) EBIT	123.011	28.580	>100,0%	254.929	-51,7%
(+) Depreciações e Amortizações	66.093	58.116	13,7%	66.495	-0,6%
(=) EBITDA	189.104	86.696	>100,0%	321.424	-41,2%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

Resultado Financeiro

RES ULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T2 0	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de aplicação financeira	-	2.123	-100,0%	2.429	-100,0%
Juros e atualizaç ão monetária sobre impontualidade de clientes	10.172	8.790	15,7%	7.912	28,6%
Receita de ativo indenizável	23.203	25.663	-9,6%	27.933	-16,9%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	4.252	-	-	-	-
Variações monetárias	3.525	836	>100,0%	(903)	<-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	143.635	1.991	>100,0%	14.600	>100,0%
Outras receitas financeiras	785	1.172	-33,0%	489	60,5%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(680)	(1.021)	-33,4%	1.150	<-100,0%
Total I - Receitas Financeiras	184.892	39.554	>100,0%	53.610	>100,0%
Despesas financeiras					
Variações monetárias de Dívida e Debêntures	(16.177)	(7.139)	>100,0%	(4.793)	>100,0%
Variações cambial de dívidas	(142.030)	-	-	(1.248)	>100,0%
Encargos de Dívidas e Juros de Debêntures	(24.593)	(31.078)	-20,9%	(29.817)	-17,5%
Encargos fundo de pensão	(1.579)	(2.267)	-30,3%	(2.266)	-30,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-	(580)	-100,0%	(1.204)	-100,0%
Atualizaç ão de provisão para risc os tributários, cíveis e trabalhistas	(8.366)	(4.019)	>100,0%	(441)	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(4.995)	(2.327)	>100,0%	(15.873)	-68,5%
Atualizaç ões de impostos, P&D/PEE	(2.028)	(3.592)	-43,5%	(450)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(5.128)	(6.308)	-18,7%	(5.228)	-1,9%
Total - Despesas Financeiras	(204.896)	(57.310)	>100,0%	(61.320)	>100,0%
Total - Receitas e Despesas e Financeiras	(20.004)	(17.756)	12,7%	(7.710)	>100,0%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

As despesas financeiras líquidas da Companhia encerraram o 1T20 em R\$ 20 milhões, um aumento de R\$ 2,2 milhões em relação ao trimestre do ano anterior. Devido, principalmente ao:

- Aumento de R\$ 6 milhões em variações cambiais, líquidas decorrente, sobretudo, da variação média do IPCA entre os períodos comparáveis.
- Aumento de R\$ 4 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributáveis, civis e trabalhistas; e

* Valores não auditados pelos auditores independentes



Comentário do Desempenho

- Redução na rubrica de encargos de dívidas, incluindo juros de debêntures, no montante de R\$ 6 milhões, ocasionado pela quitação de operação intercompany - mútuo.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/ CS LL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
IR e CSLL	(35.180)	(3.814)	>100,0%	(82.458)	-57,3%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	-	-	-	(1.412)	-100,0%
Incentivo Fiscal SUDENE	14.808	-	-	42.235	-64,9%
Total	(20.372)	(3.814)	>100,0%	(41.635)	-51,1%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Incentivos Fiscais (Sudene) no 1T20, registraram um aumento de R\$ 17 milhões, devido ao aumento da base de cálculo destes tributos.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	2.547.820	2.528.217	0,8%	2.199.834	15,8%
Dívida com Terceiros	2.547.820	2.221.828	14,7%	2.199.834	15,8%
Dívida Intercompany	-	306.389	-100,0%	-	-
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	234.736	614.342	-61,8%	168.638	39,2%
Dívida Líquida (R\$ mil)	2.313.084	1.913.875	20,9%	2.031.196	13,9%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	2,78	3,96	-29,8%	2,70	2,9%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	2,52	3,00	-15,8%	2,49	1,1%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,44	0,47	-5,4%	0,41	7,0%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,42	0,40	4,8%	0,39	6,2%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 1T20 em R\$ 2.548 milhões, um incremento de R\$ 20 milhões em relação ao 1T19. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 170 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 743 milhões e R\$ 133 milhões.

A Companhia encerrou o 1T20 com o custo médio da dívida no período de 8,04% a.a., ou CDI + 3,70% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2020, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 180 milhões em limites abertos de conta garantida e linha comprometida para utilização em operações de curto prazo.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

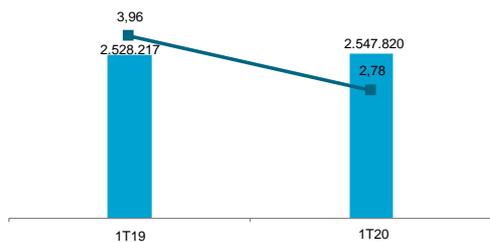
Em 18 de setembro de 2019, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável. Foram reafirmados também os ratings AAA (bra) atribuídos à 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures da Companhia.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

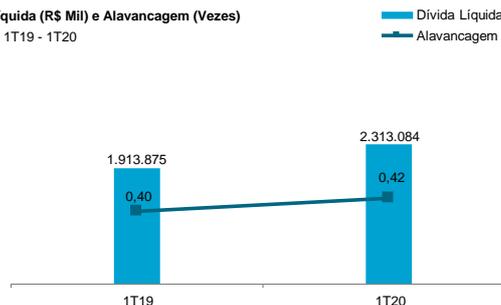


Comentário do Desempenho

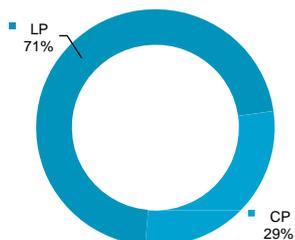
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze)
Evolução 1T19 - 1T20



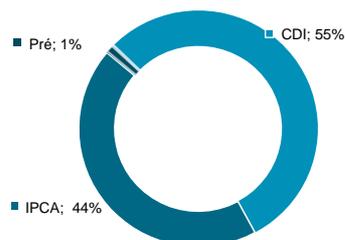
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T19 - 1T20



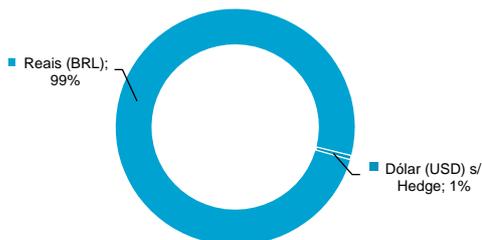
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/20



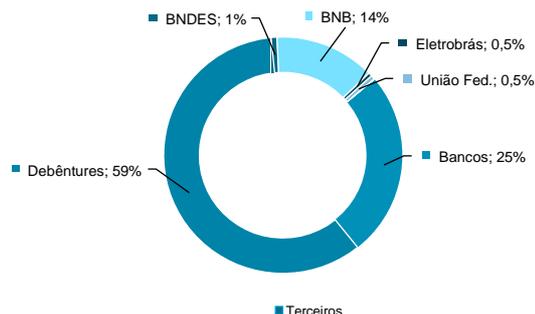
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/20



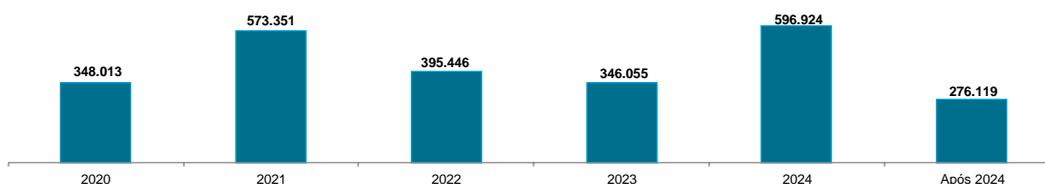
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/20



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/20



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em Mar/20



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Novas Conexões	144.018	107.621	33,8%	113.123	27,3%
Rede	28.944	22.447	28,9%	35.235	-17,9%
Combate às Perdas	11.720	10.008	17,1%	17.096	-31,4%
Qualidade do Sistema Elétrico	1.148	7.551	-84,8%	5.835	-80,3%
Adequação à carga	16.076	4.888	>100,0%	12.304	30,7%
Outros	37.986	27.723	37,0%	48.472	-21,6%
Varição de Estoque	37.716	1.391	>100,0%	14.441	>100,0%
Total Investido	210.948	159.182	32,5%	211.271	-0,2%
Aportes / Subsídios	(11.772)	5.556	<-100,0%	-	-
Investimento Líquido	199.176	164.738	20,9%	211.271	-5,7%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19;

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

5

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Revisão Tarifária 2019

Em 18/04/19, a ANEEL homologou o resultado da quinta revisão tarifária periódica da Enel Distribuição Ceará, que vigorou a partir de 22/04/19, consolidada por meio das contribuições aportadas na Audiência Pública nº NT_67-2019_SGT.

O resultado conduz a um efeito médio percebido pelo consumidor de 8,22%, sendo de 7,87% para os consumidores conectados na alta tensão e de 8,35% para os consumidores conectados para a baixa tensão. Fixou a componente T (Trajetória dos custos operacionais) do fator X em 1,17%, perdas técnicas de 9,52% sobre energia injetada e perdas não técnicas de 7,56% sobre o mercado de Baixa Tensão.

Reajuste Tarifário 2020

Em 14/04/2020, a ANEEL homologou o resultado do reajuste tarifário anual, com um efeito médio a ser percebido pelo consumidor final de +3,94%, sendo 3,78% para os consumidores conectados na alta tensão e de 4,0% para os consumidores de baixa tensão.

Como resultado do atual contexto relacionado ao COVID-19, a ANEEL autorizou o diferimento da aplicação da nova tarifa a partir do dia 1º de julho. O impacto na receita decorrente desse diferimento será compensado pelo também diferimento do pagamento das cotas à CDE durante o mesmo período, sendo o fluxo à CDE recomposto nos 5 meses seguintes, ajustado por SELIC, a partir de agosto de 2020. Eventual diferença entre os efeitos do diferimento, estimado e real, será avaliada e considerada na próxima atualização tarifária.

Bandeira Tarifária

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º trimestre de 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
		Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh		116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
		Amarela	Verde	Verde									
PLD gatilho - R\$/MWh		291,00	185,56	57,23									
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018.



Comentário do Desempenho

Em 18 de dezembro de 2018, a Resolução Homologatória n.º 2.498 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2019. O PLD máximo foi fixado em R\$ 513,89/MWh e o valor mínimo em R\$ 42,35/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019.

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Resolução Normativa 878 – ANEEL (COVID-19)

No contexto de prevenção a pandemia declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS – referente ao novo-coronavírus (COVID-19), a ANEEL estabeleceu, no dia 24 de março, conjunto de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, anunciadas por meio da Resolução Normativa (REN) 878. Entre as principais medidas anunciadas, ficou estabelecida, pelo prazo de 90 dias a partir de 25 de março de 2020, a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores residenciais, além dos serviços essenciais já previstos em lei, além da suspensão, pelo mesmo prazo, das compensações relacionadas aos indicadores de continuidade no fornecimento (DIC/FIC/DMIC/DICRI).

Adicionalmente a essas medidas, como forma de mitigar eventuais impactos do COVID-19, em 08 de abril de 2020, o governo federal publicou Medida Provisória (MP 950) concedendo isenção no período de 01 de abril a 30 de junho, aos consumidores da categoria Baixa Renda, cujo consumo é inferior a 220 KWh/mês. Como contrapartida, ficou estabelecido o ressarcimento às companhias de distribuição, limitado a R\$ 900 milhões, através da utilização de recursos da CDE para a cobertura do desconto tarifário concedido. Ainda em 08 de abril, a ANEEL publicou despacho 986, autorizando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a repassar aos agentes do setor os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, totalizando R\$ 2 bilhões, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia. O despacho autoriza a CCEE a efetuar novos repasses ao longo do ano.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2020	31.12.2019
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	155.565	91.605
Títulos e valores mobiliários	6	79.171	77.033
Consumidores e outras contas a receber	7	1.306.009	1.267.726
Ativo financeiro setorial	10	19.085	61.272
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	378.549	324.760
Tributos a compensar	9	252.996	186.068
Serviço em curso		70.135	43.583
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	135.652	-
Outros créditos		86.253	107.681
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.483.415	2.159.728
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores e outras contas a receber	7	34.615	26.694
Ativo financeiro setorial	10	-	12.268
Depósitos vinculados a litígios	26	44.851	47.548
Cauções e depósitos	12	27.613	23.963
Tributos a compensar	9	1.364.577	1.425.147
Serviço em curso		4.171	28.060
Tributos diferidos	32	45.486	35.038
Benefício fiscal	11	29.394	30.686
Ativo indenizável (concessão)	13	2.406.789	2.372.127
Imobilizado	14	48.049	51.368
Intangível	15	1.874.010	1.931.022
Ativos contratuais	16	735.664	521.057
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.615.219	6.504.978
TOTAL DO ATIVO		9.098.634	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2020	31.12.2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	17	701.842	866.723
Empréstimos e financiamentos	20	841.896	342.118
Obrigações por arrendamentos	22	6.880	7.784
Debêntures	21	14.570	18.610
Salários, provisões e encargos sociais		47.109	42.489
Obrigações fiscais	19	161.391	185.920
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	151.978	102.703
Dividendos a pagar		83.283	83.283
Taxas regulamentares	23	331.785	341.208
Benefícios pós-emprego	25	1.538	2.284
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	2.076	15.399
Outras obrigações		49.304	41.175
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.393.652	2.049.696
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	20	332.017	341.730
Debêntures	21	1.492.913	1.481.977
Obrigações por arrendamentos	22	2.724	3.242
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.278.000	1.318.164
Passivo financeiro setorial	10	22.441	-
Obrigações fiscais	19	5.356	5.798
Taxas regulamentares	23	79.399	72.327
Benefícios pós-emprego	25	96.593	94.773
Provisão para processos judiciais e outros	26	186.077	175.042
Outras obrigações		5.955	7.906
TOTAL PASSIVO NAO CIRCULANTE		3.501.475	3.500.959
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	27	808.246	808.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.864.804	1.864.804
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		6.480	(341)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		82.671	82.671
Lucros acumulados		82.635	-
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		3.203.507	3.114.051
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		9.098.634	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2020	31.03.2019
Receita líquida	29	1.399.583	1.194.818
Custo do serviço		(1.179.851)	(1.099.185)
Lucro operacional bruto		219.732	95.633
Receitas (despesas) operacionais	30		
Despesas com vendas		(42.716)	(24.156)
Despesas gerais e administrativas		(57.181)	(55.664)
Outras despesas operacionais		(738)	(1.458)
Outras receitas operacionais		3.914	14.225
Total de receitas (despesas) operacionais		(96.721)	(67.053)
Resultado do serviço público de energia elétrica		123.011	28.580
Resultado financeiro	31		
Receitas financeiras		184.892	39.554
Despesas financeiras		(204.896)	(57.310)
Total resultado financeiro		(20.004)	(17.756)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		103.007	10.824
Imposto de renda e contribuição social correntes		(47.850)	(5.565)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.670	1.751
Incentivo fiscal		14.808	-
	32	(20.372)	(3.814)
Lucro líquido do período		82.635	7.010
Lucro por ação - básico e diluído	28		
Ação ordinária		1,06139	0,09004
Ação preferencial - Classe A		1,12508	0,09544
Ação preferencial - Classe B		1,16753	0,09904

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2020	31.03.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	82.635	7.010
Outros resultados abrangentes:		
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	10.335	(66)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(3.514)	22
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	6.821	(44)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	89.456	6.966

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE					Reforço de capital de giro
Saldos em 31 de dezembro de 2018	741.046	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	826.442	72.801	-	222	2.862.640
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66)	(66)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	22
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	7.010	-	-	7.010
Saldos em 31 de março de 2019	741.046	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	826.442	72.801	7.010	178	2.869.606
Saldos em 31 de dezembro de 2019	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	-	(341)	3.114.051
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.335	10.335
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.514)	(3.514)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	82.635	-	-	82.635
Saldos em 31 de março de 2020	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	82.635	6.480	3.203.507

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2020	31.03.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	82.635	7.010
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	40.892	21.451
Depreciação e amortização	71.397	63.076
Juros e variações monetárias	191.676	37.906
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(138.640)	135
Ativos e passivos financeiros setoriais	(4.252)	580
Marcação a mercado de ativo indenizável	(23.203)	(25.663)
Valor residual de intangível e imobilizado	118	2.084
Tributos e contribuições social diferidos	(12.670)	(341)
Perda de recebíveis de clientes	1.564	2.245
Provisão para processos judiciais e outros	8.168	18.847
Obrigações com benefício pós-emprego	1.896	2.621
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(88.660)	(30.979)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(53.789)	2.641
Ativos financeiros setoriais	58.707	(117.020)
Tributos a compensar	(6.358)	(2.082)
Depósitos vinculados a litígios	2.697	(1.209)
Outros créditos	18.765	22.972
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(164.881)	(50.193)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	9.111	-
Salários, provisões e encargos sociais	4.620	6.545
Obrigações fiscais	(24.511)	(14.902)
Passivos financeiros setoriais	22.441	82.427
Taxas regulamentares	(2.561)	(18.847)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(822)	(28.510)
Provisão para processos judiciais e outros	(5.499)	(2.595)
Outras obrigações	6.178	(2.471)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(2.153)	(16.054)
Pagamentos de juros de debêntures	(23.119)	-
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-	(201)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(30.253)	(40.527)
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(236.880)	(149.497)
Cauções e depósitos	(3.650)	18.417
Títulos e valores mobiliários	(2.138)	2.630
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(242.668)	(128.450)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Captação de Debêntures	-	650.000
Captação de empréstimos e financiamentos	381.279	200.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(42.563)	(227.252)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(1.571)	-
Parcelamento especial	(264)	(614)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	336.881	622.134
Variação no caixa líquido da Companhia	63.960	453.157
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.605	95.835
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	155.565	548.992

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2020	31.03.2019
1. RECEITAS	1.973.172	1.815.591
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	2.014.064	1.837.042
Fornecimento de energia elétrica	1.760.421	1.641.390
Outras receitas	16.660	27.135
Receita relativa à construção de ativos próprios	236.983	168.517
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(40.892)	(21.451)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.191.631)	(1.123.787)
Materiais	(147.322)	(64.974)
Outros custos operacionais	(30.491)	(31.454)
Custo da energia comprada e transmissão	(813.285)	(843.995)
Serviços de terceiros	(200.533)	(183.364)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	781.541	691.804
4. RETENÇÕES	(71.397)	(63.076)
Depreciação e amortização	(71.397)	(63.076)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	710.144	628.728
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	184.892	39.554
Receitas financeiras	184.892	39.554
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	895.036	668.282
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	895.036	668.282
Empregados (Colaboradores)	60.905	63.671
Remunerações	42.280	45.079
FGTS	1.494	1.532
Outros encargos sociais	2.167	2.363
Previdência privada	2.016	2.023
Auxílio-alimentação	3.466	3.965
Convênio assistencial e outros benefícios	5.254	4.827
Participação nos resultados	4.228	3.882
Tributos (Governo)	542.943	537.499
Federais	80.471	76.344
Imposto de renda e contribuição social	35.179	3.814
COFINS	43.735	53.965
PIS	9.496	11.716
INSS	6.869	6.849
(-) Incentivos fiscais	(14.808)	-
Estaduais	397.080	349.370
ICMS	397.052	349.365
Outros	28	5
Municipais	2.298	1.298
ISS	1.141	455
IPTU	757	493
Outros	400	350
Encargos setoriais	63.094	110.487
CDE - Conta de desenvolvimento energético	50.092	99.066
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	11.435	10.030
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.567	1.391
Remuneração de capitais de terceiros	208.553	60.102
Juros e variações monetárias	153.502	19.476
Outras despesas financeiras	51.396	37.834
Aluguéis	3.655	2.792
Remuneração de capitais próprios	82.635	7.010
Reserva de lucro	82.635	7.010

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce****1. Informações Gerais**

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Coelce hoje é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

A epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) iniciou em Wuhan, China, e foi relatada pela primeira vez pelas autoridades nacionais à Organização Mundial da Saúde em 30 de dezembro de 2019.

Desde as primeiras semanas de 2020, apesar de uma forte conscientização sobre o assunto por organizações internacionais, a epidemia afetou regiões da Ásia e do Oriente Médio, contudo, limitada a certas regiões da China, Coreia do Sul e Irã.

Na segunda quinzena de fevereiro, os primeiros casos de COVID-19 foram identificados na Europa, especificamente na Itália, com uma rápida escalada de sua disseminação por toda a Europa.

Em 26 de fevereiro de 2020 o primeiro caso de infecção por Coronavírus foi identificado no Brasil, especificamente no município de São Paulo, conforme divulgações públicas do Ministério da Saúde.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu o status de pandemia ao afastamento mundial causada pela COVID-19.

No Brasil, os governos federais e estaduais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado de São Paulo as medidas incluíram isolamento horizontal e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus.

A partir de março de 2020 e com base em todos os acontecimentos mencionados anteriormente, o Grupo Enel no Brasil emitiu diretrizes que visam garantir o cumprimento das medidas adotadas no nível local e adotou inúmeras ações para e procedimentos para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, como por exemplo:

- Ampliação do trabalho remoto, introduzido há alguns anos no Grupo, que, graças aos investimentos em digitalização, permite trabalhar remotamente no mesmo nível de eficiência e eficácia;
- O uso de infraestruturas digitalizadas que permitem garantir o funcionamento normal dos ativos de produção, a continuidade do serviço de eletricidade e gerenciar remotamente todas as atividades relacionadas ao mercado e ao relacionamento com o cliente;

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

- Manutenção assegurada da rede de distribuição, permitindo o funcionamento apropriado da operação e garantindo o fornecimento de energia elétrica para todos os consumidores.

Por meio da Resolução Normativa (REN) nº 878, de 24 de março de 2020, a ANEEL vedou a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência dos consumidores, sejam residenciais, urbanos ou rurais por 90 dias corridos, vigorando a partir da data efetiva da referida REN.

No dia 25 de março de 2020, a ANEEL em conjunto às autoridades que regulam o setor elétrico e também da esfera econômica do governo vem desatando e implementando ações para manter o seu equilíbrio econômico e financeiro do setor, como forma de assegurar o seu pleno funcionamento e tais ações se iniciam com o repasse de recursos financeiros no fundo de reserva para alívio de futuro de encargos para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

No dia 08 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorará de 01 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passará a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não incidirá qualquer desconto.

A fim de amenizar os impactos financeiros nas Distribuidoras de Energia, o Governo Federal, pelo meio da mesma Medida Provisória, alterou a Lei nº10.438 de 26 de abril de 2002, autorizando a destinação de recursos para a CDE, limitado a R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) para cobertura dos descontos tarifários ora concedidos pela alteração realizada à Lei 12.212.

A Companhia vem monitorando o comportamento do mercado, as reações dos distintos agentes, a evolução do cenário macroeconômico e o avanço das discussões já mencionadas para embasar as análises internas destinadas a avaliar os impactos reais e potenciais da COVID-19 nas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no desempenho econômico sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando a):

- Previsão de impactos macroeconômicos nas principais áreas de interesse e nas principais operações da Companhia e controladas;
- Previsão dos impactos sobre a demanda e consumo de energia elétrica, influenciada pelas diversas medidas para conter a disseminação de contágios adotados em nível local; e
- Previsão dos impactos relacionados as alterações realizadas pelo Governo Federal, Estadual e ANEEL.

Não obstante, devido ao seu modelo de negócios integrado a uma estrutura robusta do Grupo Enel, em nível local e global, mantém a continuidade de suas atividades operacionais, não apresentando até o momento, evidências de impactos significativos da COVID-19.

A Companhia visando manter a transparência com o mercado e seus reguladores, atua e atuará de forma contínua na atualização das informações relacionadas aos possíveis impactos da COVID-19, em um cenário em constante evolução, o monitoramento constante em mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios será contínuo, a fim de obter a melhor estimativa dos possíveis impactos sobre a Companhia em tempo real e permitir sua mitigação com planos de reação e contingência.

Medidas para o setor elétrico – Repasse de recursos financeiros

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos.

O despacho ANEEL nº 986, de 07 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 08 de abril de 2020 o montante de R\$ 45.965. Tal montante será tratado como um passivo financeiro setorial e devolvido ao consumidor no processo de reajuste tarifário. Não houve impacto desse recebimento no trimestre findo em 31 de março de 2020.

Destaca-se, ainda, que a ANEEL tem autorizado o diferimento dos reajustes tarifários, até 30 de junho de 2020, das distribuidoras que tem datas de reajustes tarifários no período da pandemia, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, temporariamente, na mesma proporção dos valores diferidos, os quais deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre deste ano.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará em 16 de março de 2020. As presentes informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

A autorização para emissão das presentes informações financeiras intermediárias ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2020.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce****3. Revisão tarifária anual**

Reajuste Tarifário 2020

O Reajuste Tarifário Anual da Companhia que deveria entrar em vigor a partir de 22 de abril de 2020 foi aprovado pela Aneel, através da Resolução Homologatória 2.676/2020, em 14 de abril de 2020. As tarifas somente entrarão em vigor a partir de 01 de julho de 2020, por motivo de calamidade pública. Neste período, a Companhia poderá reduzir da obrigação de recolhimento das cotas mensais de CDE (competências maio, junho e julho) até o limite da perda de arrecadação da receita. Os valores reduzidos deverão ser restituídos à CDE nas competências de agosto a dezembro de 2020.

A diferença de receita devido à postergação do reajuste tarifário de 22 de abril a 1 de julho de 2020 será considerada no Reajuste Tarifário Anual de 2021.

(i). Este reajuste tarifário deve gerar um efeito médio nas tarifas dos consumidores de 3,94%, sendo de 3,78%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,00%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O efeito médio nas tarifas de 3,94% decorre:

(ii) do reposicionamento dos itens de custos de Parcela A e B, que contribui para o efeito médio em 3,59%, ao se ter como base de comparação os custos de Parcela A e B atualmente contidos nas tarifas;

(ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual processo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, com efeito de 5,16%; e

(iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data da revisão, que contribuíram para a um efeito de -4,81% no atual processo tarifário da Companhia.

Revisão Tarifária 2019

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 16 de abril de 2019, deliberou sobre a Revisão Tarifária de 2019 da Companhia, aplicada nas tarifas a partir de 22 de abril de 2019. Foi aprovado um reposicionamento de +8,22% composto por (i) reposição econômica de +5,41%, sendo 1,20% de Parcela A e 4,21% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +5,77%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -2,96%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +8,22%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



Revisão Tarifária 2019	%
Encargos Setoriais	-3,48%
Energia Comprada	5,45%
Encargos de Transmissão	-0,77%
Parcela A	1,20%
Parcela B	4,21%
Reposição Econômica	5,41%
CVA Total	6,20%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-0,43%
Reajuste Financeiro	5,77%
Índice de Reposicionamento Total	11,18%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-2,96%
Efeito para o consumidor	8,22%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após a Revisão Tarifária, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em 1,72%, representando 1,20% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – redução de 23,60%, representando -3,48% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Conta ACR (“CDE Conta ACR”) devido à quitação antecipada de seu pagamento;
 - Energia comprada – aumento de 11,43%, decorrente principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013) e do aumento do preço do contrato bilateral com a CGTF (Central Geradora Termelétrica Fortaleza). O aumento do custo da compra de energia representa 5,45% no reposicionamento econômico; e
 - Encargos de transmissão – redução de -10,75% decorrente principalmente da redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando -0,77% no reposicionamento econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reposicionada em 13,87%, representando uma participação de 4,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- Custos Operacionais: aumento de 1,43% em relação à tarifa anterior, representando um efeito médio de 0,21% no reposicionamento econômico, em função da menor cobertura de custos operacionais presentes nas tarifas do que o limite inferior definido pelo método de comparação entre as distribuidoras;
 - Remuneração do Capital: variação de 32,24% em relação à tarifa anterior, representando um efeito médio de 2,83% no reposicionamento econômico, em virtude do aumento da Base de Remuneração Líquida;
 - Quota de Reintegração Regulatória: variação de 33,42% em relação à tarifa anterior, representando um efeito médio de 1,51% no reposicionamento econômico, em virtude do aumento da Base de Remuneração Bruta e da taxa média de depreciação;
 - Anuidades: variação de 19,58% em relação aos valores anteriormente contidos nas tarifas, com impacto de 0,37% na revisão. Esse resultado proveio da revisão dos parâmetros

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

regulatórios adotados para o cálculo das anuidades no atual ciclo e da atualização da Base de Remuneração Regulatória;

- Receitas Irrecuperáveis: aumento de 11,00% em relação à tarifa anterior, com impacto de 0,14% nas tarifas, decorrente da revisão dos percentuais regulatórios de inadimplência que são admitidos para a Enel CE e da atualização da base de cálculo sobre a qual é apurada a cobertura das receitas irrecuperáveis;
 - Outras Receitas e Receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos: variação de 90,95%, com efeito de -0,85% nas tarifas econômicas, devido a consideração neste ciclo da devolução das Receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos.
- (iii) **Fator X**: aplicado o valor de 1,14%, sendo composto por:
- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,17%, a ser considerado nos reajustes subsequentes; e
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,03%.

Adicionalmente, foi definida a Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

- (iv) **Componentes financeiros**: Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante de R\$ 274.639, dentre os quais destaca-se: R\$ 294.801 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$19.964, Sobrecontratação de R\$ 65.425 negativo e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 98.558.

O reposicionamento tarifário médio de +8,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 7,87% e 8,35% para alta e baixa tensão, respectivamente.

4. Principais mudanças das políticas contábeis

Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas Demonstrações Contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

razoável, decisões que os usuários primários das Demonstrações Contábeis de propósito geral tomam como base nessas Demonstrações Contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para os trimestres ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto para suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	13.510	36.811
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	95.769	2.039
Operações compromissadas	46.261	49.677
	142.030	51.716
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	25	3.078
	25	3.078
Aplicações financeiras	142.055	54.794
Total	155.565	91.605

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.03.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	78.995	72.531
Fundos de investimentos exclusivos	176	4.502
Títulos públicos	173	2.725
LF - Letra Financeira	3	1.777
Total	79.171	77.033

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2020.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**7. Consumidores e outras contas a receber**

	A vencer		Vencidos		Total	PECLD	Total 31.03.2020
	até 30 dias	até 90 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
CIRCULANTE							
Fornecimento faturado	434.082	356.008	516.807	1.306.897	(329.218)	977.679	
Receita não faturada	234.077	-	-	234.077	(2.411)	231.666	
Parcelamento de débitos	1.834	28.850	43.153	73.837	(3.076)	70.761	
Venda de Energia Excedente - MVE	3.906	-	-	3.906	-	3.906	
Compartilhamento - uso mútuo	4.878	4.542	15.701	25.121	(9.655)	15.466	
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	40.172	46.703	(40.172)	6.531	
TOTAL - CIRCULANTE	685.308	389.400	615.833	1.690.541	(384.532)	1.306.009	
NÃO CIRCULANTE							
Consumidores - distribuição de energia:							
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-	
Parcelamento de débitos	-	-	34.615	34.615	-	34.615	
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-	-	49.904	49.904	(15.289)	34.615	
TOTAL - CIRCULANTE + NAO CIRCULANTE	685.308	389.400	665.737	1.740.445	(399.821)	1.340.624	

	A vencer		Vencidos		Total	PECLD	Total 31.12.2019
	até 30 dias	até 90 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
CIRCULANTE							
Fornecimento faturado	556.226	236.445	445.512	1.238.183	(286.835)	951.348	
Receita não faturada	211.437	-	-	211.437	(2.639)	208.798	
Baixa renda - subsidio CDE	13.404	-	-	13.404	-	13.404	
Parcelamento de débitos	5.852	16.498	42.763	65.113	(5.104)	60.009	
Venda de Energia Excedente - MVE	12.085	-	-	12.085	-	12.085	
Compartilhamento - uso mútuo	4.354	5.828	13.987	24.169	(8.617)	15.552	
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	40.172	46.703	(40.173)	6.530	
TOTAL - CIRCULANTE	809.889	258.771	542.434	1.611.094	(343.368)	1.267.726	
NÃO CIRCULANTE							
Consumidores - distribuição de energia:							
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-	
Parcelamento de débitos	-	-	26.694	26.694	-	26.694	
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-	-	41.983	41.983	(15.289)	26.694	
TOTAL - CIRCULANTE + NAO CIRCULANTE	809.889	258.771	584.417	1.653.077	(358.657)	1.294.420	

A movimentação da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Total 31.12.2019	Provisões/Reversões	Perda	Total 31.03.2020
Consumidores e outras contas a receber	(358.657)	(42.671)	1.507	(399.821)
Outros ativos	(3.786)	215	56	(3.515)
	(362.443)	(42.456)	1.563	(403.336)
Circulante	(347.154)			(388.047)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(362.443)			(403.336)

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais (quando aplicável), considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.03.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	324.227	324.227
Baixa renda - subsidio CDE	27.358	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	4.857	(777)
CDE a receber - diferença ciclo anterior	22.107	1.310
	378.549	324.760

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até 2016 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 324.227 (R\$ 324.227 em 31 de dezembro de 2019), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Tributos a compensar

	31.03.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	14.911	-	13.348	-
ICMS (a)	80.735	57.394	60.836	66.930
ICMS parcelamento (b)	-	-	-	11.056
PIS e COFINS	5.018	-	8.163	-
PIS e COFINS (ICMS) (c)	151.978	1.307.183	102.703	1.347.161
Outros tributos	354	-	1.018	-
Total	252.996	1.364.577	186.068	1.425.147

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

- a)** Do total de crédito de ICMS, R\$ 116.875 em 31 de março de 2020 (R\$ 106.954 em 31 de dezembro de 2019) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 21.254 (R\$ 20.812 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte. A Empresa está compensando desde fevereiro/2020, o valor que foi comunicado dia 14/01/2020 através do Parecer N° 3344 de 30/12/2019, emitido pela Célula de Consultoria e Normas-CECON e que foi dividido em 4 parcelas.
- b)** A Companhia foi notificada em janeiro de 2020 da decisão favorável do processo N° 6492924/2013 referente ao pedido de restituição do ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas devido sobre operações de entradas interestaduais de bens destinados ao ativo imobilizado conforme o parecer N° 3344 de dezembro de 2019, usando o crédito no trimestre atual.
- c)** A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, constituiu ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 151.978 no curto prazo e R\$ 1.307.183 no longo prazo findo no trimestre em 31 de março de 2020.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).



10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) regulatório Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandejas Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.03.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA passiva	174.709	79.015	(66.877)	(22.502)	6.845	-	171.190	8.594	162.596	161.390	9.800
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	272.759	140.734	(89.639)	(22.502)	7.661	(31.544)	277.469	13.934	263.535	261.585	15.884
Proinfra	(176)	(3.256)	(1.003)	-	7	-	(4.428)	33	(4.461)	(4.159)	(269)
Transporte Rede Básica	27.261	13.090	(3.534)	-	245	-	37.062	(186)	37.248	34.817	2.245
ESS	(131.415)	(61.149)	29.397	-	(1.134)	31.544	(132.757)	(5.100)	(127.657)	(125.063)	(7.694)
CDE	6.280	(10.404)	(2.098)	-	66	-	(6.156)	(87)	(6.069)	(5.790)	(366)
Demais passivos regulatórios	(101.169)	(73.768)	2.984	-	(2.593)	-	(174.546)	(74.247)	(100.299)	(142.305)	(32.241)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	2.032	(31.566)	-	-	-	(16.621)	-	(16.621)	(16.621)	-
Neutralidade da Parcela A	(12.538)	1.107	4.991	-	(8)	-	(6.448)	-	(6.448)	(6.059)	(389)
Sobrecontratação de Energia	43.595	(64.722)	16.356	-	(1.778)	-	(6.549)	-	(6.549)	(6.154)	(395)
Diferimento/ Devoluções Tarifárias	(162.741)	(21.335)	7.403	-	(807)	60.022	(117.458)	(88.472)	(28.986)	(84.896)	(32.562)
Demais ativos e passivos setoriais	17.602	9.150	5.800	-	-	(60.022)	(27.470)	14.225	(41.695)	(28.575)	1.105
Total ativo (passivo) regulatório líquido	73.540	5.247	(63.893)	(22.502)	4.252	-	(3.356)	(65.653)	62.297	19.085	(22.441)
Total ativo circulante	73.540						19.085				
Total passivo não circulante	-						(22.441)				
Total ativo/passivo líquido	73.540						(3.356)				

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

11. Benefício fiscal**Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (conforme alterada), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.03.2020	31.12.2019
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(688.772)	(684.974)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.364)
Reversão da provisão sobre o ágio	371.571	369.064
Total	29.394	30.686
Não Circulante	29.394	30.686

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.03.2020	Percentual
Em 2020	3.874	13%
Em 2021	4.728	16%
Em 2022	4.327	15%
2022 em diante	16.465	56%
Total	29.394	100%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito que garantem: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB), Garantias da concessão (Banco do Brasil). Abaixo apresentamos a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.03.2020	31.12.2019
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	18
BNB	CDB	14.691	14.544
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	12.909	9.401
Total		27.613	23.963

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**13. Ativo indenizável (concessão)**

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 31 de março de 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	31.03.2020
Saldo Inicial	2.372.127
Transferências do ativo intangível	11.459
Marcação a mercado	23.203
Saldo Final	2.406.789

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. Segue demonstrada abaixo a movimentação desses ativos:

	31.12.2019	Depreciação/ Amortização	Adição	Baixa	Transferência	31.03.2020
Imobilizado em serviço						
Terrenos	30	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	(24)	277	61.650
Móveis e utensílios	51.355	-	-	(136)	1	51.220
Subtotal	112.791	-	-	(160)	278	112.909
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(45.854)	(1.061)	-	14	-	(46.901)
Móveis e utensílios	(32.533)	(713)	-	135	-	(33.111)
Subtotal	(78.387)	(1.774)	-	149	-	(80.012)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	3.035	-	277	-	(277)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	-	1	-	(1)	4.599
Subtotal	7.634	-	278	-	(278)	7.634
Total do imobilizado	42.038	(1.774)	278	(11)	-	40.531
Ativo de direito de uso						
Terrenos	82	(133)	-	-	-	(51)
Imóveis	8.660	(1.395)	-	-	-	7.265
Veículos e outros meios de transporte	588	(284)	-	-	-	304
Subtotal	9.330	(1.812)	-	-	-	7.518
Total	51.368	(3.586)	278	(11)	-	48.049

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela abaixo demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2020:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,77
Imóveis	1,64
Veículos e outros meios de transporte	0,26

15. Intangível

	31.03.2020			31.12.2019	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	4.794.870	(2.764.664)	(278.475)	1.751.731	1.804.546
Software	291.639	(169.360)	-	122.279	126.476
Total	5.086.509	(2.934.024)	(278.475)	1.874.010	1.931.022

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.076.192	(2.858.217)	(286.953)	1.931.022
Baixas	(600)	482	-	(118)
Amortização	-	(76.289)	8.478	(67.811)
Transferência dos ativos contratuais	22.376	-	-	22.376
Transferências para ativo indenizável	(11.459)	-	-	(11.459)
Saldo em 31 de março de 2020	5.086.509	(2.934.024)	(278.475)	1.874.010

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil regulatória estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, limitado ao prazo de concessão, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos a custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 5,91% a.a no trimestre findo em 31 de março de 2020 e 9,37%a. a no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	31.03.2020		31.12.2019
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	920.309	(267.606)	652.703
Software	82.961	-	82.961
Total	1.003.270	(267.606)	735.664

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	776.890	(255.833)	521.057
Adições	248.386	(11.773)	236.613
Capitalização de juros de empréstimos	370	-	370
Transferências para ativo intangível	(22.376)	-	(22.376)
Saldo em 31 de março de 2020	1.003.270	(267.606)	735.664

17. Fornecedores e outros contas a pagar

	31.03.2020	31.12.2019
<u>CIRCULANTE</u>		
Compra de Energia	202.083	479.625
Compra de Energia com partes relacionadas	130.830	1.242
Encargo de Uso da Rede	35.319	39.965
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	408	360
Total energia	368.640	521.192
Materiais e serviços	276.053	308.398
Materiais e serviços com partes relacionadas	57.149	37.133
Total fornecedores	701.842	866.723

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$ 1.459.161 e passivo de R\$ 1.429.978 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. Abaixo demonstramos os impactos do referido registro:

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



	Nota	31.03.2020	31.12.2019
Ativo circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	9	151.978	102.703
Ativo não circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	9	1.307.183	1.347.161
Passivo circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir		151.978	102.703
Passivo não circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir		1.278.000	1.318.164
Resultado			
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		9.297	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(9.297)	-

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer durante o período abrangido pela ação, e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

19. Obrigações fiscais

	31.03.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL a pagar (a)	14.317	-	14.317	17.950	-	17.950
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	111.180	-	111.180	125.040	-	125.040
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	1.495	5.356	6.851	1.513	5.798	7.311
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.801	-	19.801	23.023	-	23.023
Programa de integração social - PIS	4.334	-	4.334	5.111	-	5.111
Imposto sobre serviços - ISS	2.549	-	2.549	2.977	-	2.977
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	6.608	-	6.608	8.056	-	8.056
Outros tributos e contribuições	1.107	-	1.107	2.250	-	2.250
Total	161.391	5.356	166.747	185.920	5.798	191.718

- a) O saldo em 31 de março de 2020 é composto por provisões para imposto de renda de R\$20.366 e contribuição social de R\$12.677 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$18.726, sendo R\$12.630 de imposto de renda e R\$6.096 de contribuição social.
- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.
- c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo em 31 de março de 2020 o montante de R\$ 1.495 (saldo de R\$1.513 em 31 de dezembro de 2019) e no longo prazo o montante de R\$ 5.356 (Saldo de R\$ 5.798 em 31 de dezembro de 2019), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

	31.03.2020
	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	7.311
(-) Pagamentos	(264)
(-) Atualização	(196)
Saldo final	6.851
<hr/>	
Circulante	1.495
Não circulante	5.356
Total do passivo	6.851



20. Empréstimos e financiamentos

	31.03.2020					31.12.2019				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto (h)	83	-	83	5.942	6.025	29	-	29	4.606	4.635
União Federal – Bônus ao Par (h)	241	-	241	8.515	8.756	86	-	86	6.600	6.686
BNP 4131 (d)	2.936	367.330	370.266	-	370.266	306	286.971	287.277	-	287.277
SCOTIABANK 4131 (a)	948	190.103	191.051	-	191.051	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 (c)	72	163.200	163.272	-	163.272	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 II (c)	24	54.631	54.655	-	54.655	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	4.304	775.264	779.568	14.457	794.025	421	286.971	287.392	11.206	298.598
Moeda nacional:										
Financiamentos										
Eletrobrás (g)	-	5.847	5.847	6.935	12.782	-	6.065	6.065	8.233	14.298
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (f1)	17	4.121	4.138	9.273	13.411	18	4.120	4.138	10.303	14.441
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) A (f2)	11	3.367	3.378	-	3.378	23	6.735	6.758	-	6.758
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) B (f3)	12	3.367	3.379	-	3.379	25	6.735	6.760	-	6.760
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) F (f4)	-	187	187	-	187	1	250	251	-	251
Conta Garantida - BRADESCO (b)	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Financiamentos - Moeda nacional	41	16.889	16.930	16.208	33.138	67	23.905	23.972	18.536	42.508
Empréstimos										
BNB II (e)	1.310	44.088	45.398	301.352	346.750	1.321	29.433	30.754	311.988	342.742
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	1.351	60.977	62.328	317.560	379.888	1.388	53.338	54.726	330.524	385.250
Total de empréstimos e financiamentos	5.655	836.241	841.896	332.017	1.173.913	1.809	340.309	342.118	341.730	683.848
Resultado das operações de Swap	1.504	(135.080)	(133.576)	-	(133.576)	184	15.215	15.399	-	15.399
Total de empréstimos e financiamentos líquidos de Swap	7.159	701.161	708.320	332.017	1.040.337	1.993	355.524	357.517	341.730	699.247

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.726	330.524	287.392	11.206
Captações	31.279	-	350.000	-
Encargos provisionados	2.118	-	-	3.396
Encargos pagos	(2.153)	-	-	-
Variação monetária e cambial	-	5.957	142.031	-
Transferências	18.921	(18.921)	145	(145)
Amortizações	(42.563)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	62.328	317.560	779.568	14.457

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.03.2020						
2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
38.138	49.114	45.951	57.001	42.544	99.269	332.017



As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 (a)	150.000	07/01/2020	07/01/2021	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
Contas Garantidas - BRADESCO (b)	31.279	05/02/2020	03/04/2020	Bullet	Mensal	CDI + 2,30% a.a	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 (c1)	150.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,22% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 II (c2)	50.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,31% a.a.	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco das variações cambiais das captações realizadas em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando os valores e taxas pactuados em dólares por valores em reais. O custo das operações de swap pactuadas encontra-se descrito abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 (a)	CDI + 0,19 a.a
TOKIO 4131 (c1)	CDI + 0,07 a.a
TOKIO 4131 II (c2)	CDI + 0,12 a.a

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNP 4131 (d)	300.000	17/12/2019	17/12/2020	Bullet	Semestral	USD + 2,74% a.a.	Capital de giro	N/A
BNB II (e)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (f1)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (f2)	77.758	26/08/2013	15/06/2020	Mensal	Mensal	TJLP + 2,8% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (f3)	77.758	26/08/2013	15/06/2020	Mensal	Mensal	TJLP + 3,8% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (f4)	1.086	27/06/2016	15/12/2020	Mensal	Mensal	TJLP	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
Eletrobrás (g)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
União Federal – Bônus de Desconto (h)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (h)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobrás, BNP, Scotiabank e MUFG a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de março de 2020:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Scotiabank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
TOKIO 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
TOKIO 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários).
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobrás

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos (últimos 12 meses).

BNP 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131 E TOKYO 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

21. Debêntures

	31.03.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
	Total de encargos	Principal	Circulante + Não Circulante	Total de encargos	Principal	Circulante + Não Circulante
1ª Série 5ª emissão (a)	4.964	350.000	354.964	712	350.000	350.712
2ª Série 5ª emissão (b)	2.750	163.772	166.522	393	161.588	161.981
1ª Série 6ª emissão (c)	585	40.000	40.585	84	40.000	40.084
2ª Série 6ª emissão (d)	5.025	290.056	295.081	718	286.188	286.906
1ª Série 7ª emissão (e)	645	350.000	350.645	5.632	350.000	355.632
2ª Série 7ª emissão (f)	601	312.424	313.025	11.071	308.257	319.328
(-) Custo de transação	-	(13.339)	(13.339)	-	(14.056)	(14.056)
Total de debêntures	14.570	1.492.913	1.507.483	18.610	1.481.977	1.500.587

Em 31 de março de 2020 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Segue disposta a movimentação das debêntures no trimestre findo em 31 de março de 2020:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	18.610	1.481.977	1.500.587
Atualização monetária	-	10.219	10.219
Encargos provisionados	19.079	-	19.079
Encargos pagos	(23.119)	-	(23.119)
Apropriação custo de transação	-	717	717
Em 31 de março de 2020	14.570	1.492.913	1.507.483



As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2020, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Remuneração	Tipo ed amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) contábeis. Em 31 de março de 2020, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	Limite
Obrigações especiais financeiras	
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

A curva de amortização das debentures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	175.000	-	-	-	350.000
2ª Série 5ª emissão	-	-	88.772	75.000	-	163.772
1ª Série 6ª emissão	-	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	-	155.056	135.000	290.056
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	175.000	-	-	350.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	312.424	-	312.424
(-) Custo de transação	(2.751)	(3.668)	(3.668)	(2.557)	(695)	(13.339)
Total a amortizar	172.249	346.332	300.104	539.923	134.305	1.492.913

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

22. Obrigações por Arrendamentos

Os saldos em 31 de março de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2020	Valor Nominal 31.03.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	596	597	21,20	Mensal	de 4,01% a.a até
Imóveis	8.371	9.037	19,72	Mensal	de 4,01% a.a até
Veículos e outros meios de transporte	637	642	3,15	Mensal	8,97% a.a
Total	9.604	10.276			
Circulante	6.880	7.244			
Não circulante	2.724	3.032			
	9.604	10.276			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2021 - 2022	2.065	(148)	1.917
2022 - 2023	375	(60)	315
2023 - 2024	194	(42)	152
2024 - 2025	154	(29)	125
2025 em diante	244	(29)	215
	3.032	(308)	2.724

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.784	3.242	11.026
Pagamentos	(1.571)	-	(1.571)
Transferências	518	(518)	-
Encargos provisionados	149	-	149
Saldo em 31 de março de 2020	6.880	2.724	9.604

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce****23. Taxas Regulamentares**

	31.03.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	311.830	311.830
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	95.541	87.637
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - CCRBT	-	10.223
Outros	1.346	1.378
Total	411.184	413.535
Circulante	331.785	341.208
Não Circulante	79.399	72.327

Os valores apresentados no passivo não circulante são exclusivamente programas de pesquisa e desenvolvimento e programas de eficiência energética.

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 8.



24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.03.2020				31.12.2019			Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2019
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.538	96.593	330	-	2.284	94.773	(1.806)	(2.621)	280
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL XBrasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	109	-	-	-	119	-	-	286	-	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.089	-	-	-	875	-	(242)	(10.529)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	2.888	-	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	30.147	-	-	-	19.284	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	637	-	-	-	629	-	(1.937)	(7.503)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	129.676	-	-	-	-	-	(290.176)	(255.550)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	80	-	-	-	77	-	(232)	(221)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	22	-	-	-	22	-	(66)	(60)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	72	-	-	-	130	-	(171)	(158)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	38	-	-	-	50	-	(114)	(106)	-
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	(96)	-
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	(192)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	93	-	-	-	128	-	(281)	(260)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	110	-	-	-	107	-	(246)	(232)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	102	-	-	-	99	-	(228)	(215)	-	
Consumo Próprio	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	408	-	-	360	-	(928)	(3.899)	-	
Venda de energia excedente- MVE	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	1	-	-	20	-	
Dividendos	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Fevereiro de 2019 a Dezembro 2019	-	-	-	-	9.689	-	-	-	-	
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	61.219	-	-	-	61.219	-	-	-	
Mútuo	ENEL Brasil S.A.	Abril de 2028	-	218	-	-	-	491	-	(270)	-	
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL Finance International N.V.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.762)	-
	ENEL SPA	-	670	-	-	-	670	-	-	-	443	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	CODENSA	Até o final da concessão	-	104	-	-	-	71	-	(33)	-	-
	ENEL Itália		-	241	-	-	-	-	-	(160)	-	-
	ENEL AMERICAS		-	134	-	-	-	53	-	(80)	-	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	1.632	-	-	-	1.845	-	(556)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO Nº 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-
	Enel Global Services S.r.l.		492	4.230	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		133	2.447	-	-	31	2.447	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		53	6.218	-	-	45	5.951	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		373	-	-	-	200	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.261	-	-	-	2.233	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		105	1.527	-	-	75	1.167	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		79	4.787	-	-	-	3.820	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		223	-	-	-	147	-	-	-	-	-
ENEL Green Power Brasil Participações LTDA	110	94	-	-	-	45	-	-	-	-		
ENEL Brasil S.A.	123	712	-	-	50	642	-	-	-	(12.148)		
			4.731	251.362	96.593	330	13.260	102.729	94.773	(297.220)	(298.894)	280
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.538	96.593	330	-	2.284	94.773	(1.806)	(2.621)	280
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			4.731	249.824	-	-	13.260	100.445	-	(295.414)	(296.273)	-

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2020 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2020	31.03.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.197	1.702
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	13	37
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	90	47
Total	1.300	1.786

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica, FGTS e BD para os trimestres findos em 31 de março de 2020 estão representados abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Custo do serviço corrente	96	28	90	124	338
Custo dos juros líquidos	(19)	(3)	1.318	262	1.558
Contribuições reais do empregador	(822)	-	-	-	(822)
Saldos em 31 de março de 2020	(745)	25	74.705	24.146	98.131
Circulante					1.538
Não Circulante					96.593

Despesa nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 reconhecida nas demonstrações do resultado relacionada com os planos:

	31.03.2020	31.03.2019
Custo do serviço corrente	338	381
Custos dos juros	1.558	2.240
Total de despesas	1.896	2.621

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce****26. Provisão para processos judiciais e outros**

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2020
Trabalhistas	30.366	7.433	(5.214)	1.507	(399)	33.693
Cíveis	112.735	16.968	(10.510)	6.859	(5.100)	120.952
Regulatório	31.941	-	(509)	-	-	31.432
Total	175.042	24.401	(16.233)	8.366	(5.499)	186.077

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão e tem como base de cálculo para aplicação da multa o valor da Receita Operacional Líquida – Rol correspondente aos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do Auto de infração – AI.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

	31.03.2020	31.12.2019
Trabalhistas (a)	60.292	56.763
Cíveis (b)	1.184.045	1.150.107
Fiscais (c)	735.556	634.960
Juizados especiais	3.098	3.439
Total	1.982.991	1.845.269

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, temos ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Fiscal**Temas estaduais**

No âmbito estadual a Companhia teve um incremento no trimestre de R\$ 99.100 referente a seis novos processos de ICMS onde se discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 640.108 em 31 de março de 2020 (R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019);

Três processos referentes ao item (i) acima se encerraram favoravelmente à Companhia no valor total de R\$ 19.500.

Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 38.541 e R\$ 4.553 em 31 de março de 2020 (R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Caucaia, Ipueiras e Parambu envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor atualizado desses autos em 31 de março de 2020 é de R\$ 3.084 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2019).

Um processo judicial de ISS em Fortaleza se encerrou favoravelmente à Companhia no valor de R\$ 8.000.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



Seis autos de infração de Contribuição de Iluminação Pública de Caucaia foram anulados, tendo os débitos sido cancelados no valor total de R\$ 5.508.

Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 35.849 em 31 de março de 2020 (R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019);

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2020	31.12.2019
Trabalhistas	18.442	18.921
Cíveis	22.736	24.975
Fiscais	3.673	3.652
Total	44.851	47.548

27. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 892.246 em ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	31.03.2020	31.12.2019
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Una Capital Ltda.	-	0,00%	1.439.776	5,10%	-	0,00%	1.439.776	4,83%	1.439.776	1,85%
Fundos e Clubes de Investimento	-	0,00%	8.190.416	28,99%	-	0,00%	8.190.416	27,50%	8.190.416	10,52%
Fundo de Pensão - FAELCE	919.403	1,91%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	945.058	1,21%
Outros	84.289	0,18%	2.353.491	8,33%	3.097	0,20%	2.356.588	7,90%	2.440.877	3,15%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE, que se refere a modernização total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto – lei nº 1.598/77.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos, conforme composição abaixo.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



	31.03.2020	31.03.2019
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	9.818	271
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	(3.338)	(93)
Total	6.480	178

28. Lucro por ação

	31.03.2020	31.03.2019
Numerador (em R\$ mil)		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	51.019	4.328
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	29.987	2.544
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.629	138
	82.635	7.010
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	1,0614	0,0900
Ação preferencial - Classe A	1,1251	0,0954
Ação preferencial - Classe B	1,1675	0,0990

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**29. Receita líquida**

	31.03.2020			31.03.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.063.866	1.162.186	465.955	2.797.411	1.146.399	509.314
Industrial	6.355	151.705	179.592	5.720	159.973	110.250
Comercial	185.077	454.507	356.294	165.822	485.845	295.322
Rural	590.083	267.598	135.996	534.710	296.256	97.240
Poder público	30.808	151.486	111.196	33.701	157.128	80.796
Iluminação pública	10.952	149.570	63.999	10.702	139.209	54.384
Serviço público	4.512	88.498	57.876	3.815	80.038	33.379
Suprimento e revenda	2	3.551	178	2	2.602	152
Fornecimento faturado	3.891.655	2.429.101	1.371.086	3.551.883	2.467.450	1.180.837
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			234.077			175.950
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(4.700)			(7.442)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.891.655	2.429.101	1.600.463	3.551.883	2.467.450	1.349.345
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			(58.646)			34.593
Subvenção baixa renda			45.392			43.838
Subvenção de recursos da CDE			70.243			64.406
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	357	531.228	65.065	288	517.160	96.078
Receita de construção			236.983			168.517
Venda de Energia Excedente - MVE			11.466			23.017
Outras receitas			26.438			30.113
Total outras receitas	357	531.228	396.941	288	517.160	460.562
Receita operacional bruta	3.892.012	2.960.329	1.997.404	3.552.171	2.984.610	1.809.907
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(397.052)			(349.365)
COFINS - corrente			(112.179)			(127.172)
PIS - corrente			(24.355)			(27.610)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(11.435)			(10.030)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(50.092)			(99.066)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(1.567)			(1.391)
ISS			(1.141)			(455)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(597.821)	-	-	(615.089)
Receita operacional líquida	3.892.012	2.960.329	1.399.583	3.552.171	2.984.610	1.194.818



30. Receitas (custos/despesas) operacionais

	31.03.2020					31.03.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(30.592)	-	(12.894)	-	(43.486)	(32.311)	-	(13.190)	-	(45.501)
Material	(5.520)	-	(229)	-	(5.749)	(3.297)	-	(81)	-	(3.378)
Serviços de terceiros	(92.538)	(260)	(17.997)	-	(110.795)	(66.486)	(460)	(17.726)	-	(84.672)
Energia elétrica comprada para revenda	(659.245)	-	-	-	(659.245)	(703.642)	-	-	-	(703.642)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(82.070)	-	-	-	(82.070)	(60.209)	-	-	-	(60.209)
Depreciação e amortização	(61.616)	-	(4.477)	-	(66.093)	(55.138)	-	(2.978)	-	(58.116)
Custo na desativação de bens	(4.643)	-	-	-	(4.643)	(5.011)	-	-	-	(5.011)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(40.892)	-	-	(40.892)	-	(21.451)	-	-	(21.451)
Perda de recebíveis de clientes	-	(1.564)	-	-	(1.564)	-	(2.245)	-	-	(2.245)
Custo de construção	(236.983)	-	-	-	(236.983)	(168.517)	-	-	-	(168.517)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(8.168)	-	(8.168)	-	-	(18.847)	-	(18.847)
Outras despesas operacionais	(6.644)	-	(13.416)	(738)	(20.798)	(4.574)	-	(2.842)	(1.458)	(8.874)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	3.414	3.414	-	-	-	12.697	12.697
Outras receitas operacionais	-	-	-	500	500	-	-	-	1.528	1.528
Subtotal	(1.179.851)	(42.716)	(57.181)	3.176	(1.276.572)	(1.099.185)	(24.156)	(55.664)	12.767	(1.166.238)

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

31. Resultado financeiro

	31.03.2020	31.03.2019
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicação financeira	-	2.123
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	10.172	8.790
Marcação a mercado de ativo indenizável	23.203	25.663
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	4.252	-
Variação monetária	3.525	836
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	138.727	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	1.669	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	3.239	1.991
Juros fundo de pensão	21	27
Outras receitas financeiras	764	1.145
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(680)	(1.021)
Subtotal	184.892	39.554
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação monetária de dívidas	(5.958)	(2.713)
Variação monetária de debêntures	(10.219)	(4.426)
Variação cambial de dívidas	(142.030)	-
Encargos de dívidas	(5.514)	(16.763)
Juros debêntures	(19.079)	(14.315)
Encargos fundo de pensão	(1.579)	(2.267)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-	(580)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(8.366)	(4.019)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(4.995)	(2.327)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	370	4.084
Atualizações de impostos	(1.818)	(2.937)
Atualização P&D/PEE	(210)	(655)
IOF/IOC	(768)	(68)
Apropriação custo de transação	(717)	(439)
Comissão de fiança e seguro garantia	(1.094)	(1.452)
Outras despesas financeiras	(2.919)	(8.433)
Subtotal	(204.896)	(57.310)
Total do resultado financeiro	(20.004)	(17.756)

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce

**32. Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31.03.2020		31.03.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(35.173)	(12.677)	(4.070)	(1.495)
Diferidos	9.307	3.363	1.267	484
Incentivo fiscal	14.808	-	-	-
Total	(11.058)	(9.314)	(2.803)	(1.011)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	103.007	103.007	10.824	10.824
Adições:				
Gratificação a administradores	440	440	(511)	(511)
Doações	25	25	-	-
Permanentes - despesas e multas	-	-	822	822
Outras despesas indedutíveis	14	15	112	100
Total das adições	479	480	423	411
Base de cálculo	103.486	103.487	11.247	11.235
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(25.866)	(9.314)	(2.803)	(1.011)
Incentivos fiscais	14.808	-	-	-
Total da despesa com tributos	(11.058)	(9.314)	(2.803)	(1.011)
Alíquota efetiva	10,74%	9,04%	25,90%	9,34%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre 100% do lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.03.2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	133.566	111.729	21.837	10.447
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.565	42.133	14.432	3.037
Provisão para ações judiciais e regulatórias	63.266	59.514	3.752	6.892
Instrumentos financeiros derivativos	-	567	(567)	-
Outras	13.735	9.515	4.220	518
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(145.855)	(137.980)	(7.875)	(8.696)
Ativo indenizável (concessão)	(146.143)	(138.254)	(7.889)	(8.725)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.517)	(1.531)	14	29
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	-
Subtotal - impacto no resultado do período	(12.289)	(26.251)	13.962	1.751
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	57.775	61.289	(3.514)	22
Plano de pensão	61.114	61.114	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(3.339)	175	(3.514)	22
Total	45.486	35.038	10.448	1.773

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

Segue expectativa de realização:

Ano de realização	31.03.2020
2020	7.900
2021	7.900
2022	7.900
2023	7.900
2024 a 2026	80.265
2027 a 2029	84.815
Total	196.680

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.03.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	155.565	91.605
Títulos e valores mobiliários	79.171	77.033
Instrumentos financeiros derivativos - swap	133.576	(15.399)
Consumidores e outras contas a receber	1.340.624	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	19.085	73.540
Ativo indenizável (concessão)	2.406.789	2.372.127
	4.134.810	3.893.326

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce**

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de março de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.03.2020	31.12.2019
AA-	133.576	(15.399)
Total geral	133.576	(15.399)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2020	31.12.2019
AAA	201.187	131.828
AA+	20.039	-
Numerário em trânsito	13.510	36.810
Total geral	234.736	168.638

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de março de 2020, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



	31.03.2020
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	794.025
Exposição Patrimonial	794.025
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(787.184)
Exposição Cambial Total	6.841

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis ou flutuantes, sendo que 0,27% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos do BNDES. Com a baixa do CDI no final do período de 2017, a Companhia realizou operações de hedge fixando as operações atreladas ao indexador de forma a garantir um custo fixo, sem estar exposto a possíveis variações do mercado, até 31 de março de 2020 as operações foram liquidadas.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2020	%	31.12.2019	%
Sélic	176	0,08%	4.502	3%
CDI	221.025	99,91%	124.247	94%
Pré-Fixado	25	0,01%	3.078	2%
Total	221.226	100%	131.827	100%

Ativo Financeiro Indenizável	31.03.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	2.406.789	100%	2.372.127	100%
Total	2.406.789	100%	2.372.127	100%

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.03.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	13.670	0,54%	23.556	1,07%
TJLP	6.944	0,27%	13.767	0,63%
CDI	1.399.802	54,94%	1.046.917	47,59%
IPCA	1.121.379	44,01%	1.110.959	50,50%
Libor	6.025	0,24%	4.635	0,21%
Total	2.547.820	100,00%	2.199.834	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, incluindo committed credit lines e uncommitted credit lines, através de contratos firmados, cujo montante em 31 de março de 2020 é de R\$ 180.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 20 e 21 deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 27).

O índice de endividamento em 31 de março de 2020 é de 42% (39% em 31 de dezembro de 2019), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

	31.03.2020	31.12.2019
Dívida Financeira	2.547.820	2.199.834
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(234.736)	(168.638)
Dívida líquida (a)	2.313.084	2.031.196
Patrimônio líquido (b)	3.203.507	3.114.051
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	42%	39%

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2020						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	1.209	7.053	795.966	27.513	-	831.741
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	9.056	12.655	36.475	192.520	135.006	385.712
Debêntures	-	22.228	49.327	1.554.534	144.689	1.770.778
Total	10.265	41.936	881.768	1.774.567	279.695	2.988.231

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
31 de março de 2020			
Instrumentos financeiros derivativos – Swap – pagamentos / (recebimentos)	935	(119.964)	(119.030)
Total	935	(119.964)	(119.030)

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31.03.2020		31.12.2019		
		Contábil	Valor justo Contábil	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	155.565	155.565	91.605	91.605
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	79.171	79.171	77.033	77.033
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	27.613	27.613	23.963	23.963
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.340.624	1.340.624	1.294.420	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	19.085	19.085	73.540	73.540
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	135.652	135.652	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	2.406.789	2.406.789	2.372.127	2.372.127
Total do ativo			4.164.499	4.164.499	3.932.688	3.932.688
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	379.888	326.285	385.250	331.077
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.507.483	1.520.822	1.500.587	1.514.643
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	794.025	785.979	298.598	300.844
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	2.076	2.076	13.730	13.730
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	1.669	1.669
Arrendamento financeiro	Custo amortizado	2	9.604	9.604	11.026	11.026
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	22.441	22.441	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	701.842	701.842	866.723	866.723
Total do passivo			3.417.359	3.369.049	3.077.583	3.039.712

As aplicações financeiras registradas no trimestre findo em 31 de março de 2020 (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Instrumento financeiro derivativo

Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar, com

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



a contratação da operação na modalidade de 4131 com o banco BNP em 17 de dezembro de 2019 (representando 13% do total da dívida), a Companhia realizou uma operação de hedge por meio de contrato de SWAP, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março havia 4 contratos de swap com a troca de taxa e variação cambial por CDI+spread a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais, conforme demonstrados a seguir:

A movimentação é apresentada a seguir:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.399)
Efeito no resultado financeiro	136.971
Marcação a mercado no resultado	1.669
Marcação a mercado no patrimônio líquido	10.335
Saldos em 31 de março de 2020	133.576

Em janeiro de 2020 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank realizada em dezembro de 2019. Em janeiro de 2020, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow Hedge, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 1.669.

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2020 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 17.12.19 BNP	66.532	72.227	(5.695)	300.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank	39.566	42.625	(3.059)	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	13.073	14.710	(1.637)	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	4.589	4.014	575	50.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	123.760	133.576	(9.816)	650.000	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (antiga BM&F) na posição de 31 de março de 2020.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março de 2020, a Companhia havia contratado dois contratos de *swaps*, sendo USD + spread para CDI + spread a fim de diminuir a exposição a variação cambial, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Valores de referência				
	Moeda local				
Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	31.03.2020	31.12.2019
BNP	17/12/2019	17/12/2020	CDI + 0,26% aa	72.227	(13.730)
Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	42.625	(1.669)
TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	14.710	-
TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	4.014	-

Vale ressaltar que todos os *swaps* contratados, são classificados como *cash flow hedge*.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará – Coelce



Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de março de 2020 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2021		
		31.03.2020	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	176	6	5	3
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	221.025	7.379	5.534	3.690
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	25	25	19	13
Ativo indenizável	Redução do IPCA	2.406.789	79.424	59.568	39.712
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(653.608)	(19.110)	(23.555)	(27.968)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	787.184	184.927	337.330	463.974
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(12.854)	(1.133)	(1.133)	(1.133)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(788.000)	(185.696)	(338.643)	(465.739)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(6.944)	(144)	(165)	(186)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(746.194)	(29.393)	(35.388)	(41.339)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.121.379)	(69.075)	(74.082)	(79.066)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(6.025)	(1.542)	(2.942)	(4.109)
			(34.332)	(73.452)	(112.149)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de março de 2020 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F) com data base em 31 de março de 2020. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Contrato	Cenário + 25%		Cenário + 50%		
	Provável	Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	83.059	147.165	64.106	200.435	117.376
SWAP BNP 4131 PA	(84.104)	(149.017)	(64.913)	(202.957)	(118.853)
SWAP BNP 4131 PP	8.041	9.870	1.829	11.685	3.644
Scotiabank 4131	45.740	82.457	36.717	112.969	67.229
SWAP Scotiabank 4131 PA	(46.270)	(83.414)	(37.144)	(114.279)	(68.009)
SWAP Scotiabank 4131 PP	4.350	5.359	1.009	6.360	2.010
TOKIO 4131	40.635	78.171	37.536	109.363	68.728
TOKIO 4131 SWAP PA	(41.042)	(78.955)	(37.913)	(110.460)	(69.418)
TOKIO 4131 SWAP PP	5.020	6.226	1.206	7.424	2.404
TOKIO 4131 II	13.653	26.220	12.567	36.662	23.009
TOKIO 4131 II SWAP PA	(13.510)	(25.945)	(12.435)	(36.278)	(22.768)
TOKIO 4131 II SWAP PP	1.699	2.101	402	2.500	801
Total	17.271	20.238	2.967	23.424	6.153

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar e CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará – Coelce****34. Compromissos**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.316.711 em 2020, R\$3.277.002 em 2021, R\$3.413.525 em 2022, R\$3.661.649 em 2023 e R\$51.052.874 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no trimestre findo em 31 de março de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 4.228 e R\$ 3.882 respectivamente.

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 1.073.107	R\$ 4.441.200
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642

37. Eventos subsequentes**37.1 Captação de Empréstimo - moeda estrangeira**

Para atender a necessidade de capital de giro e se valendo da liquidez do mercado para operações em dólar, a Companhia contratou, em 25 de março de 2020, uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco Scotiabank no montante de R\$ 150.000 para desembolso em 01 de abril de 2020. O contrato possui uma taxa fixa de 1,67% a.a. base 360 e vencimento para 01 de abril de 2021. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial foi contratada operação de *swap*, trocando os valores e taxa pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 2,60 a.a. base 252, dias úteis.

37.2 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue:

- (i) Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$82.671.
- (ii) Dividendo adicional proposto no montante de R\$82.671.
- (iii) Reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$167.832.
- (iv) Do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$84.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Ceará - COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 18 de fevereiro de 2020, sem modificação, e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de abril de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2020.

Fortaleza, 30 de abril de 2020.

Diretor Presidente - Charles de Capdeville

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - VAGO

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula

Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2020.

Fortaleza, 30 de abril de 2020.

Diretor Presidente - Charles de Capdeville

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - VAGO

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula

Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva